

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

DANIEL ALVES DA SILVA

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA:
UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DO PLANO REAL SOBRE A INDÚSTRIA.**

Porto Alegre

2024

DANIEL ALVES DA SILVA

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA:
UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DO PLANO REAL SOBRE A INDÚSTRIA.**

Projeto de pesquisa submetido ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para aprovação na Disciplina Técnicas de Pesquisa e Projeto do Trabalho de Diplomação.

Orientador(a): Maurício Andrade Wiess

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Alves da Silva, Daniel
DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS
EFEITOS DO PLANO REAL SOBRE A INDÚSTRIA / Daniel
Alves da Silva. -- 2024.
65 f.
Orientador: Maurício Andrade Weiss.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Ciências Econômicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Desindustrialização . 2. Plano Real. 3.
Economia. I. Andrade Weiss, Maurício, orient. II.
Título.

DANIEL ALVES DA SILVA

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA:
UMA ANÁLISE DOS EFEITOS DO PLANO REAL SOBRE A INDÚSTRIA.**

Projeto de pesquisa submetido ao Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para aprovação na Disciplina Técnicas de Pesquisa e Projeto do Trabalho de Diplomação.

Orientador(a): Maurício Andrade Wiess

Aprovado em: Porto Alegre, 06 de Fevereiro de 2024

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Maurício Andrade Weiss – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Alessandro Donadio Miebach
UFRGS

Prof. Dr. Hermogenes Saviani Filho
UFRGS

Dedico aos meus pais,
por acreditarem que o conhecimento é a única riqueza que ninguém pode nos
tirar.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus, pois sem ele não teria conseguido.

Ao meu orientador, Prof. Mauricio Weiss, por ter me aceito como seu orientando. Além de meu orientador, foi também um grande amigo, que ao longo do curso de economia dividiu seu conhecimento comigo além das aulas. Obrigado pelo aprendizado, pela confiança e pela dedicação impecável que sempre teve comigo.

À minha família: minha mãe Rosalina, meu pai Araci, minha irmã Rosiane. Pai e mãe, obrigada por proporcionarem a minha formação acadêmica, por acreditarem nos meus sonhos e por nunca desistirem de mim. Obrigado a vocês por entenderem meus momentos de ausência e pelo incentivo nesta caminhada.

Aos amigos que fiz durante a caminhada do curso de economia, em especial esses – que serão grandes economistas – Eduardo Masseroni, Guilherme Padilha e José Portella, meus fiéis escudeiros, obrigado por dividirem comigo as minhas e suas angústias, dúvidas, alegrias e também frustrações. Vocês foram e são demais para mim, e que levo para a vida toda.

“Você pode ignorar a realidade,
mas não poderá negar as consequências de ignorar a realidade”.

Ayn Rand

RESUMO

Este estudo busca examinar os impactos do Plano Real na indústria brasileira, investigando se o programa de estabilização monetária desencadeou um processo de desindustrialização. Para isso, será realizada uma análise abrangente que combina uma revisão da literatura nacional e internacional, priorizando obras de referência que abordam a trajetória da indústria no Brasil. O objetivo é oferecer uma retrospectiva da evolução da indústria, explorando dados oficiais e insights acadêmicos consolidados para compreender as transformações ocorridas e determinar se o período do Plano Real influenciou significativamente o setor industrial brasileiro. Os dados examinados sustentam a hipótese de que o Brasil atravessou um período de recuo na indústria e que o Plano Real, longe de corrigir a trajetória desse setor, criou um contexto favorável à desindustrialização. Através da intensificação da abertura comercial e da dinâmica cambial, o ambiente resultante contribuiu para o declínio industrial. Assim, esta pesquisa conclui que o plano de estabilização econômica, embora tenha trazido benefícios à economia brasileira, gerou efeitos adversos significativos para o setor industrial.

Palavras-chave: Brasil. Plano Real. Efeitos adversos. Economia. Desindustrialização.

ABSTRACT

This study seeks to examine the impacts of the Real Plan on Brazilian industry, investigating whether the monetary stabilization program triggered a deindustrialization process. To this end, a comprehensive analysis will be carried out that combines a review of national and international literature, prioritizing reference works that address the trajectory of the industry in Brazil. The objective is to offer a retrospective of the evolution of the industry, exploring official data and consolidated academic insights to understand the transformations that occurred and determine whether the Plano Real period significantly influenced the Brazilian industrial sector. The data examined support the hypothesis that Brazil went through a period of decline in industry and that the Real Plan, far from correcting the trajectory of this sector, created a context favorable to deindustrialization. Through the intensification of trade openness and exchange rate dynamics, the resulting environment contributed to industrial decline. Thus, this research concludes that the economic stabilization plan, although it brought benefits to the Brazilian economy, generated significant adverse effects for the industrial sector.

Keyword: Brazil. Real Plan. Adverse Effects. Economy. Deindustrialization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Variação do índice de complexidade econômica da Holanda (1960 – 2020):	22
Gráfico 2: Índice de Preços de exportação do café (1926 – 1950):.....	24
Gráfico 3: A estrutura produtiva brasileira (1947 – 1980): Participação dos setores da atividade econômica no PIB (Em %)	27
Gráfico 4: A estrutura produtiva brasileira (1980 – 1995): Participação dos setores da atividade econômica no PIB (Em %)	30
Gráfico 5: A estrutura produtiva brasileira (1980 – 1995): Participação da indústria de transformação e das Instituições financeiras no PIB (Em %)	31
Gráfico 6: Importação de bens (1984 – 1994): (Valores em bilhões de USD).....	33
Gráfico 7: Composição ocupacional (1990 – 1994): (Em %).....	36
Gráfico 8: Trajetória inflacionária (1995 – 2022): (Em %)	37
Gráfico 9: Taxa de Câmbio equivalente US\$ 1,00 (1994 – 2002): (Em R\$).....	38
Gráfico 10: Licenciamento de auto veículos importados (1990 – 2022).....	42
Gráfico 11: Produção de auto veículos e empregos do setor (1990 – 2002)	43
Gráfico 12: Evolução da variação do nível de emprego do setor de serviços e setor industrial (1990 – 2000).....	51
Gráfico 13: Nível de emprego e produtividade	52
Gráfico 14: Variação da indústria de transformação e do PIB (1990 – 2000): (Em %)	54
Gráfico 15: Variação da Formação Bruta de Capital Fixo (1990 – 2000) (Em %) ...	55
Gráfico 16: Valor adicionado (1990 – 1998) (Em %)	556

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	33
TABELA 2	35
TABELA 3	45
TABELA 4	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PIB	Produto Interno Bruto
ICE	Índice de Complexidade econômica
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
PIM-PF	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
BC	Banco Central
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
PDTI	Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de veículos Automotores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e estatística
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
CADE	Conselho de Administração dos Direitos Econômicos
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
ISI	Industrialização por Substituição de Importações
SDE	Secretaria de Direito Econômico
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 A INDÚSTRIA E A ECONOMIA	16
2.2 O CONCEITO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO.....	17
2.3 REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA E A DOEÇA HOLANDESA .	19
3 A INDÚSTRIA BRASILEIRA	23
3.1 O PRIMEIRO SURTO INDUSTRIAL	23
3.1.1 A Era Vargas	24
3.2 A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA.....	25
3.3 ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 1990	31
3.3.1 Efeitos da abertura comercial na indústria	32
3.3.2 Estrutura industrial pré Plano Real	34
4 O PLANO REAL	37
4.1 A POLÍTICA INDUSTRIAL DO PLANO REAL.....	39
4.2 AS POLÍTICAS DE FOMENTO	40
4.2.1 O setor de autoveículos.....	41
4.2.2 O setor de bens de capital.....	44
4.3 AS POLÍTICAS DE REGULAÇÃO	47
5 O SETOR INDUSTRIAL NA DECÁDA DE 1990	50
5.1 O EMPREGO INDUSTRIAL	50
5.2 A PRODUÇÃO INDUSTRIAL.....	53
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS.....	59

1 INTRODUÇÃO

A participação da indústria de transformação na economia é um tópico de grande importância e interesse para diversos grupos, incluindo estudiosos, acadêmicos e a sociedade em geral. A indústria de transformação é aquela que transforma matérias-primas em produtos acabados, muitas vezes utilizando processos industriais e tecnológicos avançados. A relevância dessa indústria está relacionada a vários aspectos que influenciam os níveis totais do Produto Interno Bruto (PIB) e emprego de uma economia. O setor industrial de uma economia é de extrema importância, por ser caracterizado pela existência de empresas com alto grau de conhecimento tecnológico, com intensidade de capital humano e capacidade de crescimento de escala.

Ao analisar o setor manufatureiro brasileiro, é possível notar uma série de transformações ao longo de seu desenvolvimento. O país experimentou diversos planos econômicos e várias tentativas de estabilização monetária, sendo que o mais recente, o Plano Real, se destacou ao produzir os melhores resultados. O Plano Real, implementado em 1994, foi um marco importante na história econômica do Brasil e teve como principal objetivo controlar a hiperinflação que assolava o país na época. Com a criação da nova moeda, o Real, e a adoção de medidas de estabilização monetária, houve aumento no fluxo de capitais estrangeiro – que escoaram para países emergentes – que permitiu a potencialização do plano e sustentou os resultados positivos, como a redução da inflação e o aumento da confiança dos investidores no país. No entanto, o Plano Real também trouxe consigo alguns desafios e efeitos colaterais, incluindo a possibilidade de contribuir para um processo de desindustrialização no Brasil.

As divergências entre economistas ortodoxos e heterodoxos sobre o processo de desindustrialização de uma economia são comuns no campo acadêmico e refletem diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Para a maior parte dos economistas ortodoxos a desindustrialização é produto do processo de evolução e modernização da indústria. Conforme essa visão, à medida que uma economia se desenvolve é comum e esperado que a participação da indústria diminua ao passo que o setor de serviços aumente sua participação relativa no Produto Interno Bruto (PIB). À vista disso, os ortodoxos expõem que o processo desindustrialização é uma tendência natural da evolução tecnológica e do ganho de produtividade industrial.

No entanto, os novos desenvolvimentistas - economistas heterodoxos - contrapõem que o processo de desindustrialização de uma economia se deve aos efeitos macroeconômicos (taxa de juros, taxa de câmbio, complexidade da estrutura tributária e investimentos insuficientes em infraestrutura). Isto posto, para os heterodoxos, considerar o processo de desindustrialização como um mero resultado do progresso tecnológico levaria os formuladores de política pública a uma análise rasa e equivocada dos efeitos da diminuição da participação da indústria na economia.

Alguns setores industriais intensivos em investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) são de elevada importância por serem caracterizados pela existência de empresas com alto grau de conhecimento tecnológico e capacidade inovativa, com intensidade de capital humano, capacidade de crescimento das escalas de produção e difusão do progresso técnico para economia como um todo. Desse modo, estudar o caso brasileiro e verificar a hipótese da existência de desindustrialização precoce, ou por meio do padrão ocorrido em países desenvolvidos é fundamental para uma análise ampla do cenário de crescimento econômico brasileiro.

Frente aos elementos anteriormente descritos, o objetivo principal desta monografia é investigar se o Brasil experimentou um processo de desindustrialização, seja como resultado do curso natural de seu desenvolvimento ou se ocorreu de maneira prematura. Adicionalmente, propõe-se como objetivos específicos avaliar se o Plano Real desempenhou um papel significativo na desindustrialização do país.

Então, esse trabalho, por meio de uma revisão de literatura e de uma análise dos dados oficiais pretende verificar os efeitos do Plano Real sobre a indústria brasileira, e constatar se houve um processo de desindustrialização. Essa retrospectiva da indústria brasileira se dará através de um processo de revisão bibliográfica da literatura nacional e internacional, mas principalmente dos reconhecidos trabalhos sobre a indústria brasileira. Em seis capítulos, considerando essa introdução e as considerações finais, esse trabalho pretende explorar os conceitos de desindustrialização e a evolução da indústria brasileira desde sua formação até o pós-implantação do Plano Real.

No segundo capítulo será realizada uma revisão de literatura abordando os conceitos de indústria, desindustrialização, reprimarização da pauta exportadora, a doença holandesa e o conceito de desindustrialização na literatura internacional. No terceiro capítulo será realizado um resgate histórico da indústria, desde seu início até

Plano Real, passando por sua evolução. O quarto capítulo é uma análise das políticas econômicas do Plano Real sobre a indústria de transformação. O quinto capítulo irá explorar os dados do setor industrial pela ótica do emprego e da produção. Por fim, no sexto e último capítulo será expresso as considerações finais sobre o estudo da influência do Plano Real no processo de desindustrialização brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo da história, a indústria de transformação desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento econômico dos países. Para Kaldor (1966), os países que crescem com mais velocidade tendem a ser aqueles em que a indústria de transformação aumenta rapidamente sua participação no PIB. Portanto, estudar o desempenho da indústria é fundamental para compreender a dinâmica do crescimento econômico, pois parece haver uma estreita correlação entre crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e crescimento da indústria manufatureira.

Um dos mais proeminentes autores que trataram da relevância da indústria na economia foi Nicholas Kaldor. Em um artigo de 1966, o autor discutiu as causas da baixa taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) do Reino Unido em comparação a outras doze economias desenvolvidas. Foi identificada uma correlação positiva entre a taxa de crescimento do produto como um todo e a taxa de crescimento do setor manufatureiro desde que esta última exceda a taxa de crescimento do restante da economia (Squeff, 2012, p.8).

Kaldor (1966) pondera que existem diferenças nas taxas de crescimento dos setores que compõem a economia (agricultura, indústria e serviços), e que esse diferencial deve estar associado as diferentes taxas de crescimento da produtividade. Dessa forma, como a produtividade industrial seria maior que a produtividade dos demais setores, a indústria elevaria a média da produtividade da economia. Portanto, o setor manufatureiro seria propulsor do crescimento econômico das nações.

Sendo assim, os setores da economia que são altamente dependentes de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e possuem uma capacidade inovadora sólida, muitas vezes relacionada a pesquisas científicas realizadas tanto internamente, quanto em universidades ou institutos públicos de Pesquisa e Desenvolvimento, se destacam por sua capacidade de gerar e disseminar avanços técnicos para a economia. Esse processo ocorre de maneira simbiótica e complementar aos setores de serviços avançados.

2.1 A INDÚSTRIA E A ECONOMIA

Conforme descrito por Carvalho e Carvalho (2011), a industrialização “é condição necessária, mas não suficiente para que uma economia subdesenvolvida alcance o padrão de desenvolvimento das economias desenvolvidas” (p.41). Desse modo, o crescimento econômico está entrelaçado com o amadurecimento da cadeia produtiva industrial. Sonaglio (2011) endereça ao setor industrial a responsabilidade por gerar economias externas e efeitos de encadeamento sobre os demais setores da economia. Economias externas referem-se aos benefícios que outras atividades econômicas podem obter a partir do crescimento e desenvolvimento do setor industrial. Desse modo, tanto Carvalho e Carvalho (2011), como Sonaglio (2011) ratificam a importância do setor industrial para crescimento econômico e o desenvolvimento dos países.

Kaldor descreve, através de sua primeira Lei, que o setor manufatureiro possui papel fundamental no crescimento econômico de longo prazo, pois o crescimento da indústria de transformação possui efeito multiplicador e que impulsiona os demais setores da economia levando, assim, ao crescimento do PIB. Kaldor atribui à inovação tecnológica o motor da dinâmica de transferência, uma vez que o setor manufatureiro, ao se expandir, cria demanda por insumos de outras cadeias produtivas (matérias-primas e serviços). Já a segunda Lei de Kaldor, também denominada de Lei de Verdoorn, faz destaque para a associação entre o crescimento da produção através do aumento da produtividade, o que pode ser explicado pelos conceitos de economia de escala. Pois o aumento da produção diminui os custos de produção marginal e, além disso, conforme cresce o nível de produção, o conhecimento adquirido no processo pode se expressar em aumento de produtividade. Rowthorn (1975), argumenta que com o aumento da produtividade na indústria levaria os produtos a ficar mais baratos, o que resultaria em aumento da demanda por produtos industrializados.

Thirlwall (2005), utilizando-se do trabalho de Kaldor, descreve uma relação de crescimento econômico com o crescimento das exportações. Para o autor, o crescimento econômico à longo prazo de um país é limitado pela taxa de crescimento das exportações líquidas. Desse modo, o modelo de crescimento econômico passa a estar voltado para fora, onde há uma relação entre crescimento econômico de um país com o saldo das contas externas (balança comercial) e a elasticidade-renda das

importações e exportações. Nesse contexto, Verissimo e Xavier (2013) descrevem que, países exportadores de produtos com alta tecnologia possuem maiores taxas de crescimento quando comparado com países com pauta exportadora de baixa tecnologia.

Por este trabalho explorar o caso brasileiro, é de total sentido demonstrar o pensamento da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) sobre a importância da indústria para o crescimento econômico. Celso Furtado – um dos maiores economistas brasileiro – ao longo de suas pesquisas trabalhou para estabelecer uma relação direta entre o crescimento econômico e o setor industrial. Para Furtado, a indústria possibilita modificar a estrutura dos países, a industrialização permitiria o progresso técnico e elevaria progressivamente o padrão de vida das pessoas.

Furtado via a industrialização como a fórmula para a criação na periferia de um fluxo dinâmico endógeno – produção-renda-consumo – que seria um modo de superar a lógica primário-exportadora, tão característica das economias dos países latino-americanos. Assim, poderia ser promovido o desenvolvimento econômico da região (Etchegoyen, 2009, p. 21).

Para Bielschowsky (2005), não há possibilidade de conquistar uma industrialização eficiente mediante o jogo espontâneo das forças do mercado, e por isso é necessário que o Estado planeje o processo. Pelo olhar desse economista o desenvolvimento econômico pode ser definido como o domínio de conhecimento, então o desenvolvimento econômico é o processo de aprendizagem tecnológica. Dessa forma, conforme os países começam a desenvolver produtos e serviços mais sofisticados eles acabam desenvolvendo suas respectivas economias, portanto é possível definir a industrialização como um processo de aprendizagem tecnológica que leva a uma situação de desenvolvimento econômico. Então, investir no processo de industrialização como política econômica é, de fato, promover o crescimento econômico.

2.2 O CONCEITO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO

O conceito clássico de desindustrialização é descrito pela redução no nível de emprego ocupado pelo setor industrial em relação ao total de empregos de uma economia, isso configuraria um quadro de desindustrialização. Rowthorn e

Ramaswamy (1999), descrevem que em países desenvolvidos a queda do emprego industrial é consequência de uma maior produtividade da indústria de transformação em relação aos demais setores da economia. Entretanto, Tregenna (2009) amplia o conceito clássico de desindustrialização e em uma visão mais generalista do conceito de desindustrialização destaca que, tanto o percentual de empregos industriais em relação ao total de empregos de uma economia, como o valor adicionado da indústria como percentual do PIB são analisados para estabelecer se uma economia está passando por um processo de desindustrialização.

Mais recentemente, Tregenna (2009) redefiniu de forma mais ampla o conceito “clássico” de desindustrialização como sendo uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente (Oreiro, 2010, p. 221).

Ainda cabe destacar que, dado a análise de desindustrialização pelo conceito generalista, o aumento da produção industrial - quando analisado a estrutura física do setor – não inviabiliza um processo de desindustrialização de uma economia. Oreiro e Feijó (2010) destacam que a desindustrialização pode ocorrer em meio ao aumento da produção. Desse modo, deve-se avaliar se esse setor ainda é importante e capaz de gerar empregos e, portanto, adicionando valor ao PIB de uma economia.

Uma economia poderá passar por um processo de desindustrialização devido a fatores que ocorrem externamente a sua economia, Rowthorn e Ramaswamy (1999) salientam que essa via de desindustrialização é de menor força. Entretanto, esse processo também poderá ser desencadeado por influência interna. Quando analisamos as possibilidades de desindustrialização por fatores internos duas possibilidades são claramente viáveis. A primeira é uma possível mudança na relação de renda da demanda por produtos manufaturados e a renda da demanda por serviços. A segunda possibilidade é a própria característica do setor industrial, que é intensivo em tecnologia e poderia ter significativo aumento da produtividade em relação a produtividade do setor de serviços. Portanto, o fator primordial para persistente redução do emprego na indústria manufatureira é o crescimento mais rápido da produtividade nesse setor, que permite a economia de mão de obra, liberando-a para outras atividades econômicas (Rowthorn; Ramaswamy, 1999).

Dessa forma, ao longo do desenvolvimento econômico, conforme há um aumento no nível de renda per capita, ou seja, ao passo que a população vai obtendo uma maior renda, as economias tenderiam à desindustrialização, pois com uma maior

renda a demanda por serviços iria aumentar e a participação da indústria como percentual do PIB iria diminuir.

Por outro lado, quando o processo de desindustrialização acontecer por via externa à economia analisada, os fatores que influenciam estão ligados a integração desse país com mundo. Rowthorn e Ramaswamy (1999) descrevem que países desenvolvidos possuem alta tecnologia e, por consequência, alto grau de produtividade. Desse modo, conforme países subdesenvolvidos se interligam com as cadeias produtivas no mundo globalizado, restaria aos países periféricos atividades manufatureiras mais básicas levando, assim, ao processo de desindustrialização. Portanto, esse padrão produtivo tenderia a uma redução do emprego industrial nesse país.

Ainda nesse contexto, a riqueza e a exploração de recursos naturais podem ter uma contribuição importante na balança comercial de um país, esse superávit comercial resulta em geração de divisas externas causando, assim, apreciação cambial e problemas de competitividade, resultando em baixos incentivos para empreendimento de processos inovativos em setores onde o aprendizado tecnológico e a mudança técnica são mais rápidos. Verissimo e Xavier (2012) destacam que a apreciação da taxa de câmbio afeta a competitividade no mercado externo, pois os produtos manufaturados com alta tecnologia e sem vantagens “ricardianas” precisariam de uma taxa cambial mais competitiva. Desse modo, essa dinâmica de saldos comerciais positivos oriundos de exportações de produtos primários com apreciação cambial, pressionaria ainda mais o setor industrial levando, assim, a uma reprimarização da pauta exportadora causado pela “doença holandesa”. Por fim, a relação entre a participação do emprego (e do valor adicionado) da indústria e a renda per capita pode ser afetada pela “doença holandesa” (Palma, 2005).

2.3 REPRIMARIZAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA E A DOEÇA HOLANDESA

A reprimarização da pauta exportadora se dá em um cenário de aumento dos produtos primários exportados por uma economia em detrimento dos produtos industriais, ou seja, itens com maior valor agregado perdem espaço nas exportações para os produtos de baixo valor agregado. Então, quando um país deixa de exportar produtos industriais, seja por política econômica “vantagens comparativas”, ou por

uma condição de mercado, e aumenta as exportações com commodities agrícolas e minerais, é observado uma reprimarização da pauta exportadora.

O aumento das exportações de produtos primários em um cenário de elevação dos preços das commodities no cenário internacional, conforme descrito por Bittencourt e Campos (2014), modifica a taxa de câmbio e afeta as exportações de curto prazo. Sonaglio (2011) explica que, em um contexto de apreciação cambial, o setor industrial é prejudicado, pois os produtos industrializados não possuem seus preços fixados no mercado internacional, assim como ocorre com as commodities. Para o autor há uma necessidade de política cambial para manutenção de taxas cambiais competitivas para o setor industrial. Verissimo e Xavier (2013) argumentam que, os países que adotaram uma taxa de câmbio como instrumento da promoção de atividade industrial obtiveram resultados importantes no crescimento econômico.

Em consonância com a reprimarização da pauta exportadora, um caso específico da desindustrialização é a doença holandesa, que muitas vezes é denominada de maldição dos países com abundância de recursos naturais. Esse é um problema que muitos países com vantagens competitivas na produção de commodities enfrentam. Essas nações acabam por incentivar a produção de produtos primários em detrimento dos produtos industriais – os quais adicionam mais valor à economia. Bresser (2007) destaca a relação entre a exploração de recursos naturais e a desindustrialização, isto é,

A doença holandesa é um fenômeno decorrente da existência de recursos naturais abundantes que geram vantagens comparativas ao país que os possui e, segundo os mecanismos de mercado, podem levá-lo a se especializar na produção destes bens e não se industrializar ou terminar se desindustrializando, o que inibiria o processo de desenvolvimento econômico (Bresser, 2007, p. 7).

A expressão doença holandesa é cunhada na década de 70 para descrever o efeito da descoberta das grandes jazidas de petróleo e gás natural no norte da Europa e que foram exploradas principalmente por Noruega e Holanda. As divisas oriundas da exploração e produção de petróleo, principalmente por parte da Holanda, valorizaram a moeda local – Guilders e Florins – e desestimularam o investimento na produção e na exportação de produtos industriais. Então, essa grande descoberta, que a priori teria impacto positivo na economia holandesa, acabou por influenciar negativamente na economia, pois a apreciação cambial e a fuga de investimentos nas empresas do setor industrial, pressionam de forma negativa os resultados do PIB e a

complexidade estrutural de sua economia. Oreiro e Feijó (2010) conceituam de doença holandesa a desindustrialização precoce que países em desenvolvimento observaram. Já Palma (2005), descreve a doença holandesa como um caso específico da desindustrialização.

A doença holandesa não é vista como simplesmente "excedendo" a desindustrialização, mas sim como um tipo específico de excesso, associado ao movimento de um processo de desindustrialização típico de países que seguem uma pauta de industrialização que visa à geração de um superávit comercial industrial para um processo de desindustrialização típico de países capazes (e satisfeitos) de gerar um superávit comercial de produtos primários ou serviços. Em geral, a mudança entre os dois tipos de processos de desindustrialização ocorreu por uma de três diferentes razões: (i) a descoberta de recursos naturais (por ex., a Holanda); (ii) o desenvolvimento de atividades de exportação- serviços, principalmente turismo e finanças (por ex., Grécia no primeiro e Hong Kong SAR no segundo); e, por último, (iii) mudanças na política econômica, que trouxeram os países que estavam acima da sua posição Ricardiana natural de volta para sua posição de vantagem comparativa tradicional (estática) (por ex., Chile, Brasil e Argentina) (Palma, 2005, p. 21).

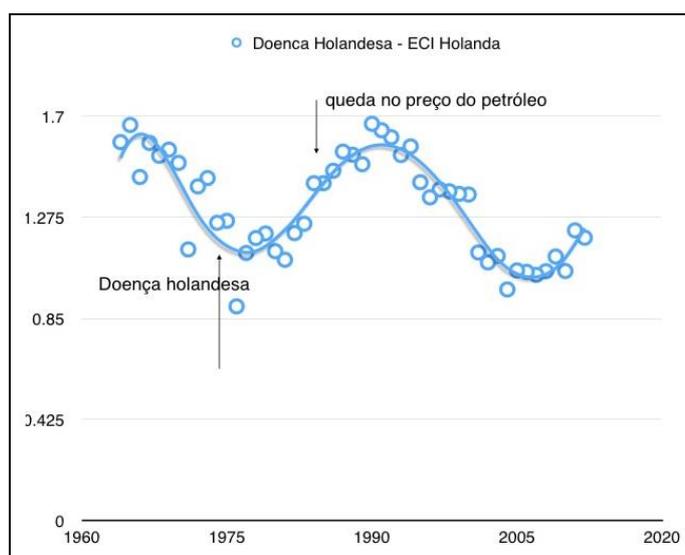
Além disso, outro ponto importante que também é uma variável negativa, quando um país tem abundância de recursos naturais e existe uma dependência pelos produtos primários, essa dinâmica econômica resulta em déficits na balança comercial do setor industrial e superávits dos setores não industriais, o que resulta em uma apreciação cambial e a perda da competitividade do setor industrial frente a exploração e exportação dos produtos primários. Ademais, em muitas economias que possuem pauta exportadora de commodities também estão envolvidas em graves e profundos mecanismos de corrupção, pois ditaduras são alimentadas por essa renda. Então, é também nesse contexto que o termo de maldição dos recursos naturais é cunhado, porque além dos reflexos econômicos que a baixa atividade industrial provoca, há uma perda dos direitos sociais com a sustentação de movimentos políticos ditatoriais.

É possível observar a influência da desindustrialização ocorrida na Holanda quando analisado os dados do Índice de Complexidade Econômica (ICE). O índice de complexidade econômica (ICE) é uma demonstração da complexidade dos produtos que os países produzem. O ICE dos países está associado ao seu conjunto de capacidades disponível e à estrutura de organizações que existe para combinar, transferir e utilizar este conhecimento na produção de bens complexos (Hausmann; Hidalgo, 2009).

O gráfico 1 demonstra a influência da doença holandesa sobre o desenvolvimento de produtos com alta complexidade. É possível observar que há uma

queda acentuada do ICE logo após as descobertas e exploração das jazidas de gás de natural e petróleo ao norte da Europa nos últimos 60 anos. O ICE regride de pouco menos de 1.7 no início da década de 60 para menos 1 no auge dos problemas causados pela doença holandesa, somente após a queda do preço da commodities é que o ICE voltou a subir, porém ainda ficou abaixo dos níveis pré doença holandesa.

Gráfico 1: Variação do índice de complexidade econômica da Holanda (1960 – 2020):



Fonte: Gala, 2017.

3 A INDÚSTRIA BRASILEIRA

A estrutura industrial brasileira foi substancialmente ampliada e aprofundada nos últimos 100 anos levando, assim, o setor industrial à ocupar espaço relevante na economia e na composição do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. As reformas estruturais promovidas, principalmente, desde os anos 90 trouxeram mudanças importantes para o setor manufatureiro, afetando seu ritmo de crescimento e competitividade. Portanto, compreender a evolução da indústria brasileira é fundamental para entender como ocorreram os ajustes que modificaram o setor ao longo dos anos. Desse modo, ao longo do capítulo, será realizado uma revisão do processo de formação do setor industrial, desde o surgimento das primeiras empresas bem como a evolução do setor.

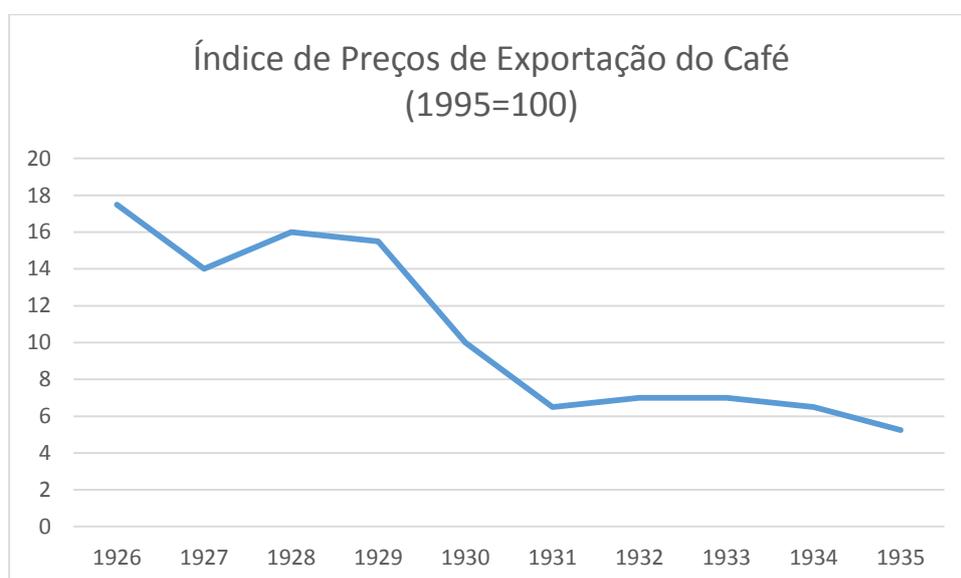
3.1 O PRIMEIRO SURTO INDUSTRIAL

Até o início do século XX a economia brasileira era basicamente primário-exportadora e centrada na produção e exportação de commodities agrícolas, com destaque para o café como principal produto enviado ao exterior. O país, até então, reconhecidamente um grande player mundial na produção e exportação do grão, obtinha excelentes resultados e grandes lucros. Entretanto, esse processo que se retroalimentava, ou seja, os lucros auferidos na produção de café eram reinvestidos na expansão da produção se modificou e passou a não mais se repetir, de forma que o excedente financeiro produzido pela produção e exportação de café passou a ser capital de investimento em outras áreas da economia. Furtado (2009), descreve o setor cafeeiro como intenso em mão-de-obra, em um primeiro momento trabalho escravo, e após a abolição da escravidão com os imigrantes italianos.

A grande crise de 1929 - que teve início com o colapso da Bolsa de valores de Nova York, mas que se espalhou pelo mundo e com severos reflexos na economia brasileira – expôs a vulnerabilidade e a dependência econômica do país. O surto produtivo cafeeiro provocou uma concentração na pauta exportadora, de modo que ao longo do período de 1921 – 1930 o café chegou a ocupar 69,6% das exportações brasileiras. Porém, a grande depressão provocou queda nos preços das commodities agrícolas, e conforme é possível observar no gráfico 2, os preços do café no mercado

internacional sofreram uma derrocada. O gráfico 2 é o índice de preços do café com base 100 no ano de 1995, portanto, nota-se que após o “crack” mundial de 1929 há uma retração nos preços na ordem de 60%. Então, é no contexto de queda nos preços dos produtos exportados, no caso o café, que há o impulso inicial das atividades industriais, pois o resultado as exportações não mais proporcionavam poder aquisitivo externo para pagar as mercadorias industriais reclamadas pelo consumo interno.

Gráfico 2: Índice de Preços de exportação do café (1926 – 1950):



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados disponibilizado pelo IBGE.

3.1.1 A Era Vargas

Getúlio Vargas governou o Brasil em dois períodos, primeiro entre 1930 – 1945 e depois entre 1951 – 1954. Durante seus governos, período conhecido como a Era Vargas, as políticas industriais foram destaques e desempenharam papel significativo no desenvolvimento econômico brasileiro. Ao longo de seus dois governos é possível observar que foram implementadas uma série de medidas e estratégias que pretendiam promover o crescimento da indústria nacional via redução de importação dos produtos manufaturados diminuindo, assim, a dependência econômica do café. Segundo Bresser (2012), essa revolução só foi pautável porque a demanda interna do país manteve-se praticamente inalterada, mesmo no cenário de redução das exportações de café.

Durante a Era Vargas a tônica da política nacional de desenvolvimento foi o surgimento das empresas estatais, como: Companhia Siderúrgica Nacional, a Vale do Rio Doce e a Petrobras. Além do destaque que incentivo da indústria nacional obteve, cabe destacar que esse período é marcado pela ascensão das leis trabalhista que ganharam notoriedade, onde a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prepararam o país para uma organização industrial que possibilitou o crescimento econômico das empresas. Portanto, todos esses esforços promovidos pelo Governo de Vargas modernizaram a economia brasileira e fortaleceram o papel do Estado no aprimoramento da industrial nacional.

A "Era Vargas" constitui-se num conjunto de políticas públicas para o país e no ambicioso objetivo de alcançar certa autonomia política e econômica através de um desenvolvimento nacional independente baseado num Estado forte, centralizado e planejador. Podemos concluir que Vargas foi o homem que sintetizou o processo da complexa transição da República Velha para o moderno Estado brasileiro (Saviani, 2013, p. 6).

Fonseca (1989), em sua análise do governo Vargas, ressalta a forte orientação industrialista do Presidente, que se manifestou na criação de órgãos e instituições voltados para promover o desenvolvimento industrial. Esse governo marcou o início da política de substituição de importações no cenário nacional, delineando as bases do nacional-desenvolvimentismo e do intervencionismo estatal. Com o intuito de fomentar o crescimento do setor industrial, o governo de Vargas cria os seguintes órgãos: Ministério do Trabalho, Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), Comissão de Defesa da Economia Nacional, criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil e da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). O fruto do plano estabelecido por Vargas foi que, na janela de 1933-1939, o setor industrial obteve crescimento médio de 8,4%.

3.2 A EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Ainda que o Brasil tenha experimentado seu primeiro surto industrial durante o governo de Getúlio Vargas, é somente durante o governo de Juscelino Kubistchek (1956 – 1961) que ficou marcado pelo lema "50 anos em 5", que o setor manufatureiro consolidou de forma significativa a diversificação da indústria. O JK, como era chamado Juscelino Kubistchek, foi eleito presidente do Brasil na esteira de suas promessas desenvolvimentistas e que almejavam a intensificação da industrialização

brasileira. Desse modo, tão logo assumiu a presidência, JK se depara com: déficit na balança de pagamentos; pontos de estrangulamento (interno e externo) e alta inflação. A forma adotada para resolver esse imbróglio econômico foi o Desenvolvimento industrial, e para isso um plano foi desenvolvido. O Plano de Metas.

O objetivo do Plano de Metas era acelerar o processo de acumulação aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividades produtoras. Como fim último propunha elevar o nível de vida da população, através de novas oportunidades de emprego, visando “um futuro melhor”, ponto devidamente enfatizado pelo presidente em sua campanha eleitoral e nos discursos ao longo do governo (Benevides, 1979, p. 210).

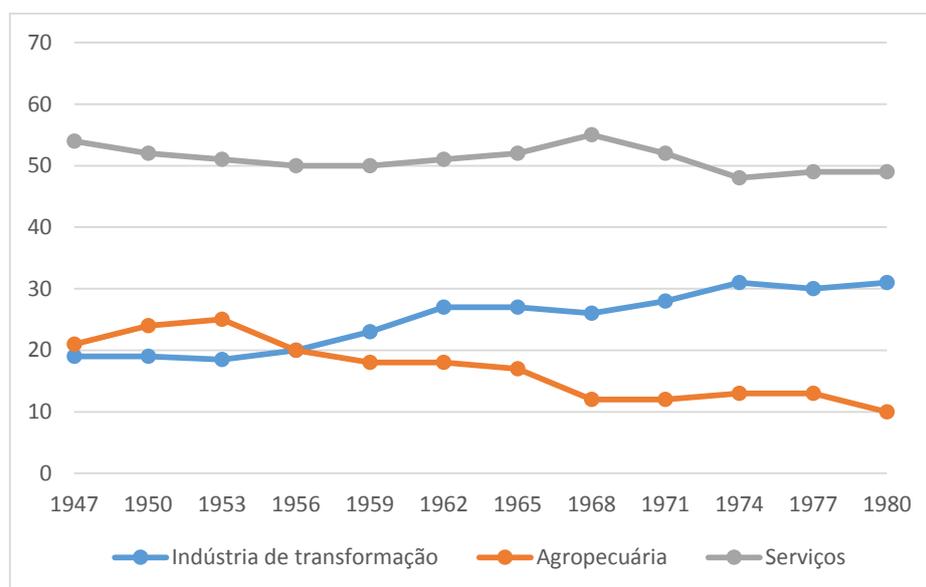
Dentre as políticas que caracterizam o período, destacasse como motor do crescimento econômico brasileiro a entrada do capital estrangeiro para investimentos nas indústrias brasileiras. Esse processo ocorreu via concessões de incentivos fiscais e financeiros, por consequência, esse período ficou conhecido como internacionalização da indústria brasileira. As divisas internacionais que entraram no país após 1957 contribuíram para diminuição da pressão do consumo por produtos importados manufaturado de modo que, esse alívio resultou no aumento da importação de máquinas e equipamentos, o que culminou em ganhos de escala do setor industrial.

Alguns setores foram privilegiados durante o período de entrada dos investimentos estrangeiros. O setor automotivo e as empresas do setor de energia destacam-se por terem concentrado a maior parte dos investimentos. A indústria automotiva brasileira foi beneficiada pelos programas de JK, pois permitiu que empresas como Volkswagen e General Motors estabelecessem fábricas no Brasil, e isso contribuiu para o crescimento significativo da produção de veículos e na criação de empregos na indústria automobilística. Dessa forma, segundo Nakabashi, Scalotin e Cruz (2010), o perfil da indústria brasileira passou por relevante mudança estrutural, e no período de 1950 – 1980 há um aumento significativo na participação do PIB industrial no PIB total da economia brasileira.

Como é possível observar no gráfico 3, em 1947 os setores agropecuários e de transformação industrial tinham participações quase equivalentes no PIB do país. No entanto, a partir de 1956, em consonância com as políticas implementadas por Juscelino Kubitschek, começou a ocorrer uma mudança significativa nessa dinâmica. Desse modo, o setor industrial começou a ganhar mais espaço na composição da

economia brasileira, e esse aumento contínuo culminou em 1980 no maior patamar de participação do setor manufatureiro, chegando à 31% do PIB. Por outro lado, o setor agropecuário viu sua participação diminuir de 24% em 1947 para 10% em 1980. Então, observa-se que, enquanto esses dois setores passaram por mudanças marcantes, o setor de serviços permanece de forma estável ao longo desse período. Portanto, a dinâmica dos movimentos da composição do PIB brasileiro sugere que nesse período houve um realinhamento de investimentos, onde houve um foco crescente na expansão da indústria brasileira em detrimento do setor agropecuário.

Gráfico 3: A estrutura produtiva brasileira (1947 – 1980): Participação dos setores da atividade econômica no PIB (Em %)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados disponibilizado pelo IBGE.

Durante a fase de evolução do parque industrial brasileiro, destaca-se um período de notável crescimento econômico nos anos de 1968 a 1973. Dado as altas taxas de crescimento do (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.), a janela temporal ficou conhecida como “milagre” econômico brasileiro. Conforme Veloso (2008), o “milagre” econômico foi acompanhado de taxas inflacionárias declinantes e baixas para o padrão brasileiro, além de superávits no balanço de pagamentos. Diversos estudos esforçam-se em explicar a origem do “milagre” econômico, entretanto, não há um consenso em relação ao determinante do extraordinário crescimento brasileiro. Simonsen e Campos (1974), atribuem as reformas promovidas

pelo Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), implementado durante o Governo de Castello Branco (1964 – 1967), o papel determinante para a subsequente aceleração do crescimento. Esses autores destacam que as reformas promovidas pelo PAEG foram fundamentais para impulsionar o desenvolvimento econômico no período analisado.

O crescimento ocorrido durante o “milagre” econômico foi conduzido pelo setor de bens de consumo durável, e em menor escala, pelo setor de bens de capital. Na perspectiva de Herman (2005), o crescimento observado no período de 1968 a 1973 representou uma retomada e complementação do processo de difusão da produção e consumo de bens duráveis, que teve início com o Plano de Metas. Alinhado com modelos de crescimento econômico baseado no controle estatal, durante o governo militar e, principalmente, o “milagre” econômico foram criadas diversas estatais como: Infraero, Telebras, Eletrobras, Embrapa e a Nuclebrás. A Petrobras – que foi criada na década de 1950 – mas durante o Milagre Econômico recebeu um aumento significativo nos investimentos na empresa, o que impulsionou a exploração de petróleo e gás no país. Entretanto, em 1973 ocorreu uma mudança no quadro internacional, a crise do petróleo pressionou os preços das commodities, e países como o Brasil - que baseava seu modelo de crescimento em uma matriz energética petrolífera - observou a sustentação de sua economia ruir.

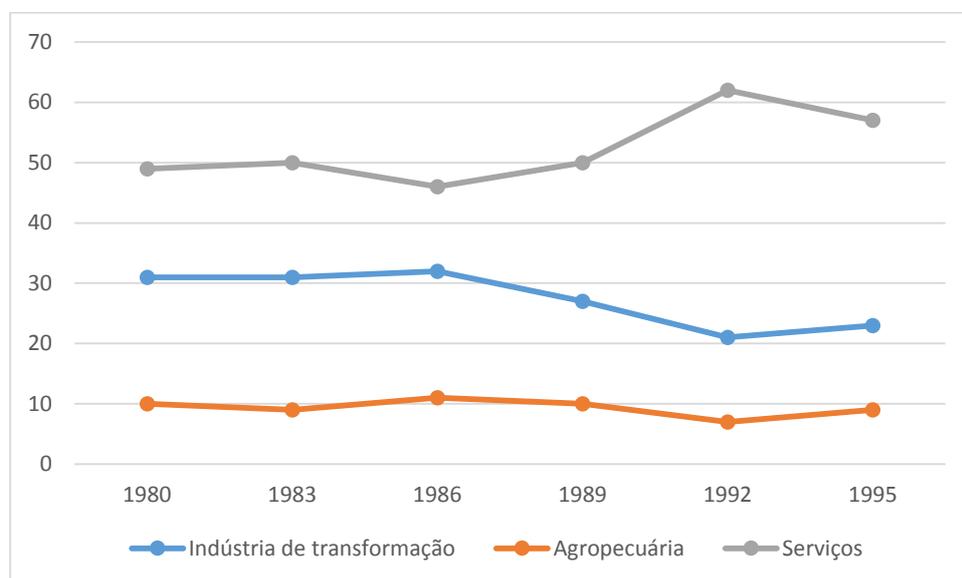
Após o período de crescimento extraordinário da economia brasileira, fica evidenciado o esgotamento do modelo de crescimento baseado na Industrialização por Substituição de importações (ISI). A herança do “milagre” econômico foi uma ampliada capacidade do setor de bens de consumo duráveis, porém sua perfeita utilização implicava em uma demanda por bens de capital que o parque industrial brasileiro não conseguia atender. Para Herman (2005), o crescimento da economia passou a ser da capacidade de importar bens de capital. Esse modelo de crescimento ampliou a dívida externa e demonstrou a vulnerabilidade externa da economia.

O modelo de ajuste externo adotado pelo Governo brasileiro foi o de ajuste estrutural, que se materializou no segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). O II PND pretendia corrigir através de investimentos os “pontos de estrangulamento” que explicavam a restrição do crescimento econômico, que seriam basicamente: infraestrutura, bens de produção (capital e insumo) e energia. Para corrigir os problemas de infraestrutura o novo plano brasileiro ampliou a malha ferroviária e a rede de telecomunicações. Para os bens de produção os esforços

focaram no desenvolvimento dos segmentos da siderurgia, química pesada e minerais não metálicos. Já para o setor energético, e devido aos problemas causados pelo choque do petróleo, os investimentos foram dirigidos ao aumento da capacidade de exploração de petróleo e derivados e desenvolvimento de fontes alternativas aos derivados de petróleo. Herman (2005), enfatiza que as mudanças estruturais almejavam o crescimento do PIB em taxas de 10% ao ano.

No entanto, a partir da segunda metade dos anos 80, um processo de transformação na estrutura produtiva brasileira teve início, nesse período a indústria nacional começou a demonstrar sinais de fragilidade. A situação piorou com a abertura comercial implementada no início dos anos 90, levando a uma retração na indústria de transformação, com números de produção comparáveis aos observados na década 50. Desse modo, conforme fica evidenciado no gráfico 4, após o ápice da relevância da indústria de transformação na composição do PIB, a indústria nacional entra em um processo de estagnação para logo em seguida iniciar seu declínio. Essa perda parece ter decorrido de um forte decréscimo da produtividade industrial nos anos de 1980, em um cenário de altos níveis de inflação. E, após a recuperação da economia nos anos 90, a indústria de transformação não foi capaz de recuperar os níveis de participação do PIB.

Gráfico 4: A estrutura produtiva brasileira (1980 – 1995): Participação dos setores da atividade econômica no PIB (Em %)

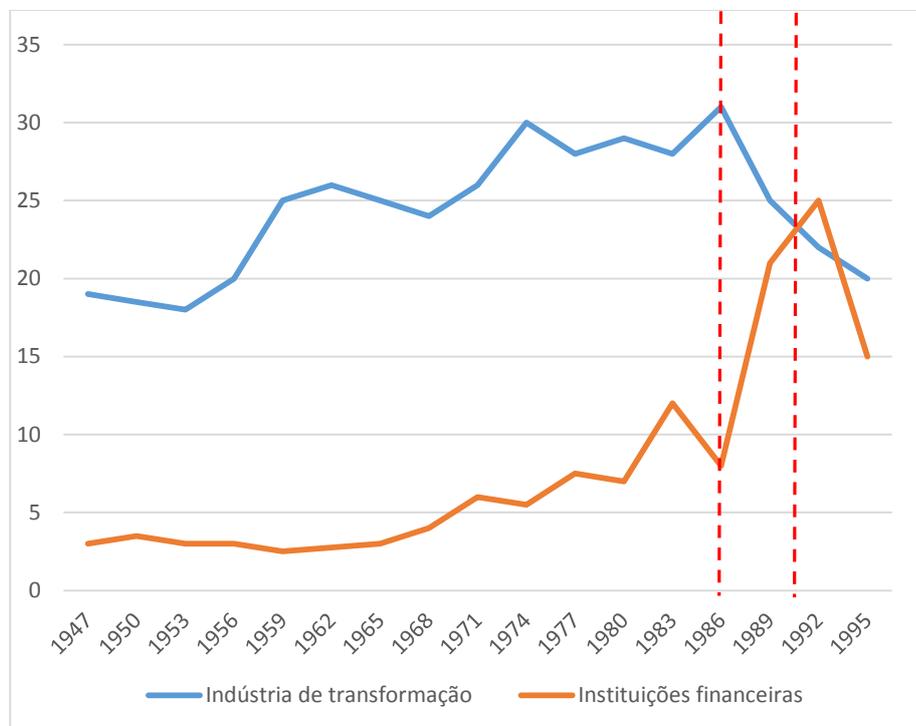


Fonte: Elaboração do autor com base nos dados disponibilizado pelo IBGE.

Até aqui, temos indícios para suspeitar que as mudanças ocorridas na segunda metade da década de 1980 não têm a ver com desindustrialização na concepção do termo consagrada pela literatura econômica, e tampouco com desindustrialização precoce em relação ao estágio de desenvolvimento econômico do País. Afinal, a queda na participação da indústria no PIB antecedeu ao processo de reformas econômicas estruturais da década de 1990 (liberalização comercial, privatizações, liberalização financeira externa, dentre outras) (Nassif, 2008, p. 83).

Como evidenciado no Gráfico número 4, o declínio do setor industrial como participação do Produto Interno Bruto (PIB) ocorreu simultaneamente ao aumento da relevância do setor de serviços, ao que parece que o setor de serviços absorveu a participação perdida pelo setor manufatureiro na composição do PIB. Cabe destaque ao setor agropecuário, que manteve sua dinâmica e não sofreu mudanças substanciais ao longo desse período. Além disso, aproveitando o contexto de abertura comercial, aonde ocorreram diversas mudanças regulatórias e aumento na demanda por serviços financeiros, as instituições financeiras identificaram essa dinâmica e ampliaram seus serviços. Desse modo, conforme é demonstrado no Gráfico 5, há um aumento na participação do setor financeiro como percentual do PIB ao mesmo tempo que ocorre o declínio no setor manufatureiro. Esses eventos sugerem uma possível correlação entre o crescimento das instituições financeiras e o declínio do setor manufatureiro, muito embora a relação causal precise ser avaliada considerando outros fatores econômicos e políticos que podem ter influenciado essa dinâmica.

Gráfico 5: A estrutura produtiva brasileira (1980 – 1995): Participação da indústria de transformação e das Instituições financeiras no PIB (Em %)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados disponibilizado pelo IBGE.

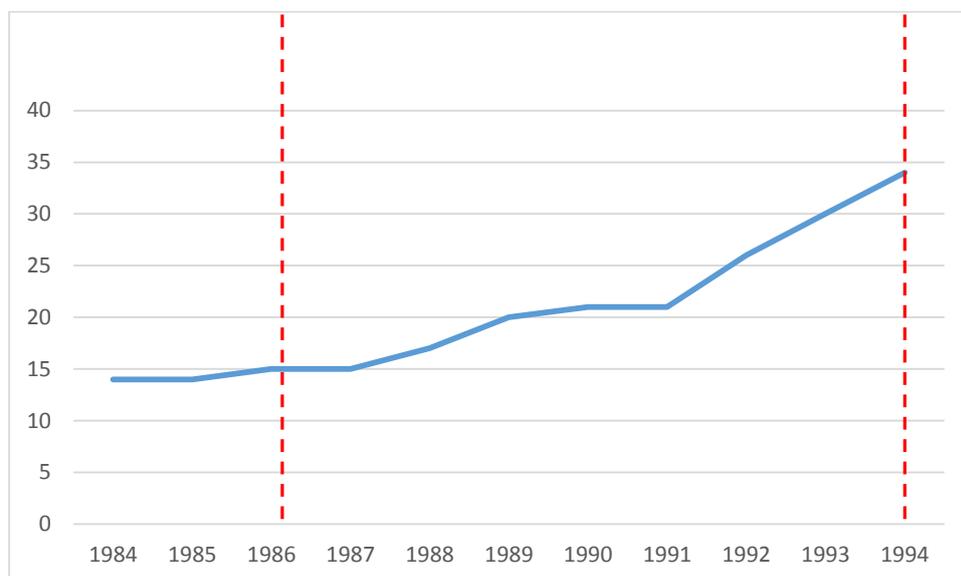
3.3 ECONOMIA BRASILEIRA NOS ANOS 1990

O início dos anos 90, do ponto de vista econômico, representou uma continuação do período anterior, frequentemente chamado de "década perdida" (1980 - 1989). Nessa época, o Brasil enfrentava sérios desafios, incluindo um quadro crônico de inflação descontrolada, desigualdade na distribuição de renda, taxas de crescimento econômico muito baixas e uma pressão constante devido ao pagamento da dívida externa. O cenário futuro estava repleto de incertezas, mas os problemas relacionados à alta inflação eram evidentes e preocupantes. Nesse contexto, Fernando Collor de Mello foi eleito, em um cenário marcado pela reação da classe média contra seu adversário, Luiz Inácio Lula da Silva.

3.3.1 Efeitos da abertura comercial na indústria

Devido a dinâmica no processo de abertura comercial das economias fechadas, a liberalização do processo produtivo deve acontecer em um cenário de economia estável. Nesse processo destaca-se como ponto importante a necessidade de acontecer, concomitantemente a abertura, uma desvalorização cambial e uma manutenção desse câmbio em menor nível por um horizonte à médio prazo. A dinâmica cambial deve ser implementada com o propósito de corrigir os impactos na balança de pagamentos decorrentes da redução das barreiras tarifárias. A estabilidade da taxa de cambio é necessário para dar suporte à expansão do setor exportador, evitando, assim, possíveis crises no balanço de pagamentos (WORLD BANK, 1991).

A abertura comercial no Brasil se desdobrou ao longo da década de 1990, mas as mudanças mais substanciais ocorreram especificamente no intervalo entre 1988 e 1993. Durante esse período, houve uma renúncia significativa à estrutura de proteção interna, marcada pela redução efetiva das tarifas de importação. Nesse período, além da redução dos tributos a produtos do exterior e a unificação desses produtos, houve a exclusão dos regimes especiais de importação. Pode-se observar os efeitos da abertura comercial brasileira através do gráfico 8, onde em 1987 o Brasil importava aproximadamente 15 bilhões de dólares em bens e, após a abertura comercial, passou para quase 35 bilhões de dólares em 1994.

Gráfico 6: Importação de bens (1984 – 1994): (Valores em bilhões de USD)

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados disponibilizado pelo Banco Central.

A estratégia de abertura comercial exige um planejamento para a redução gradual das tarifas de importação. No Brasil, inicialmente estava planejado reduzir as alíquotas de importação de forma progressiva até 1994. No entanto, em 1992, houve uma mudança significativa nesse planejamento, e aconteceu uma aceleração da redução das metas tarifárias. Essa aceleração na redução das tarifas de importação tinha como objetivo estimular a integração do Brasil na economia global, tornando-a mais competitiva e atraindo investimentos estrangeiros. A decisão de acelerar as reduções tarifárias também foi influenciada pela necessidade de controlar a inflação e promover a eficiência econômica. A tabela 1 demonstra a evolução das tarifas praticadas pelo Brasil para importação de produtos.

Tabela 1 - Tarifa Nominal de Importação Brasileira (Em %)

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Média simples	41,00	35,50	32,20	25,30	21,20	13,20	11,20
Modal (%)	40,00	40,00	40,00	20,00	20,00		
Desvio-padrão	17,60	20,80	19,60	17,40	14,20	6,70	9,50

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados disponibilizado pelo MICT.

Após os primeiros anos de abertura comercial as indústrias brasileiras pouco modernizaram suas linhas de produção, o que ainda acarretava na baixa eficiência industrial. Então, o que foi observado no setor industrial é o abandono dos produtos mais complexos e de alta tecnologia pelas indústrias locais e a segregação da cadeia produtiva, onde as empresas nacionais começaram a importar partes de seus produtos, partindo, assim, para uma indústria com baixo índice de verticalização industrial, causando, portanto, um rebaixamento da produção doméstica.

As indústrias brasileiras começaram a sofrer, com reformas que cortaram os subsídios, a qual reduziu drasticamente proteções aos produtores nacionais, começando no ano de 1983 e de fato sendo totalmente eliminadas em março de 1990, durante o governo Collor. Foi-se também reduzido tarifas de importação de 51% para 35%, juntamente com a abertura econômica, a qual começou ainda em 1988 e durou até 1993 (Pinheiro; Giambiagi; Moreira, 2001, p.9).

3.3.2 Estrutura industrial pré Plano Real

A primeira metade da década de 90 é um marco importante para a indústria brasileira, com as grandes mudanças na economia fruto da abertura comercial, liberalização financeira e reestruturação patrimonial, a indústria de transformação brasileira modifica seu padrão de atuação. Deixando para trás décadas de forte proteção contra as importações, o setor manufatureiro passou a sofrer com a crescente concorrência das grandes empresas internacionais, e tão logo a economia brasileira se abriu para importações as empresas locais sentiram o impacto e reduziram sua produção. Conforme exposto na Tabela 2, o resultado do Plano Collor I e II sobre o setor industrial é nocivo, tomando como base o ano de 1990, os dois próximos anos são seguidos de queda na produção industrial, conforme divulgado na Pesquisa Industrial Mensal (PMI). O ano de 1993 marca o primeiro crescimento do setor manufatureiro pós abertura comercial, entretanto, essa melhora no quadro industrial pode ser lida como um ajuste na ocupação da capacidade ociosa causada pela recessão econômica. O saldo positivo do ano de 1994 também, em parte, é explicado pela capacidade ociosa da indústria, mas principalmente pela estabilização econômica e monetária promovida pelo Plano Real, que foi implantado em julho desse mesmo ano.

Tabela 2 - Indústria de Transformação Brasileira: Produção Física 1990 – 1994

ANO	Indústria de Transformação	Taxa Anual de Variação (%)
1990	100,00	--
1991	97,64	-2,36
1992	93,66	-4,08
1993	101,21	8,07
1994	109,13	7,82

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados disponibilizado pelo IBGE. Base 1990=100

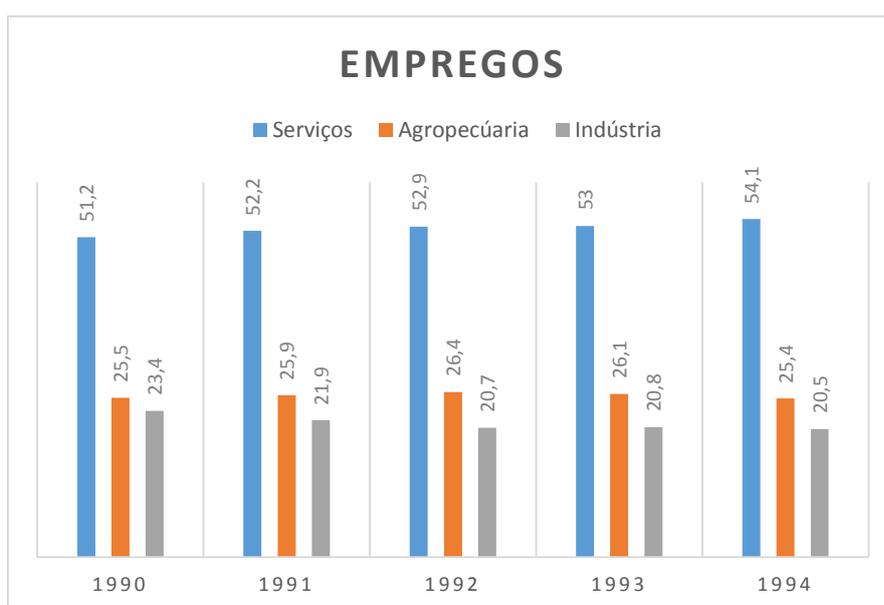
A abertura comercial provocou uma grande exposição das empresas domésticas à competição das grandes empresas estrangeiras. Feijó e Carvalho (1994a), argumentam que o processo de abertura comercial ocasionou profundas alterações estruturais nas empresas, criando o “novo paradigma tecnológico-gerecencial”. O reflexo da política de abertura comercial se estendeu ao longo da cadeia produtiva e modificou o panorama do emprego industrial. A luz dos acontecimentos é possível descrever a década de 1990 como a promotora de uma ruptura na tendência de queda da taxa de produtividade, entretanto, não há uma unanimidade quanto a gênese dessa mudança. Feijó e Carvalho (1994a), destacam que os ganhos de produtividade ocorreram por todos os setores da indústria, não ficando limitado, apenas, aos que foram diretamente afetados pela concorrência externa. Os autores ainda destacam que a maior evidência de aumento da produtividade foi a modernização do parque industrial, portanto, a abertura comercial permitiu que houvesse um aumento significativo na importação de máquinas e equipamentos, e em 1995, pós implantação do Plano Real, o Brasil chegou a 90% de aumento.

Em uma visão contrária, Silva *et alii* (1993), descrevem o aumento da produtividade como decorrência da recessão ocorrida no início dos anos 1990, portanto, os ganhos na taxa de produtividade brasileira não seria fruto de mudanças estruturais na economia. Para os autores, as mudanças tecnológicas só seriam possíveis se houvesse investimento, o que não ocorreu no período, pois houve uma queda nessas taxas. Considera (1995), em linha com esse pensamento, descreve que a recessão econômica ocorrida nos primeiros anos da década de 1990 acarretou o

fechamento de empresas menores e de baixa produtividade, o que levaria o sistema a aumentar a produtividade geral. O autor ainda destaca que, dado a ausência de investimento, mudanças organizacionais das empresas e na política industrial brasileira, a recessão por si só explicaria o fenômeno do aumento da produtividade brasileira nos anos 1990.

De acordo com a perspectiva dos autores acima citados, é possível identificar um aumento na produtividade da indústria brasileira já nos primeiros anos da década de 1990, o que pode ser claramente observado ao analisar a Tabela 2. Esta tabela demonstra um aumento na produção industrial logo após o período de recessão ocasionado pela abertura comercial. Além disso, essa observação se põe em harmonia com os insights fornecidos pelo Gráfico 9, que evidencia a redução nos níveis de emprego do setor industrial em relação ao total de empregos da economia. Nesse contexto, é possível observar um cenário em que a produção industrial experimentou um crescimento notável nos anos de 1993 e 1994, mesmo diante de uma diminuição na quantidade de empregos no setor manufatureiro. Portanto, o período que abrange o pós-abertura comercial e o pré-Plano Real pode ser caracterizado como desafiador para o setor manufatureiro, porém, é notável o aumento significativo da produtividade durante esse intervalo de tempo.

Gráfico 7: Composição ocupacional (1990 – 1994): (Em %)

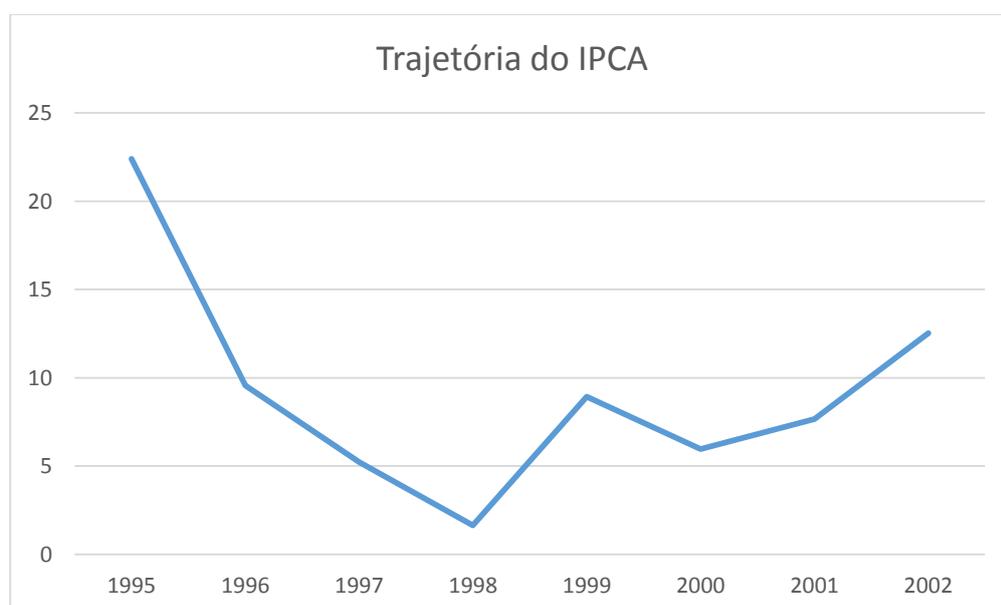


Fonte: Elaboração do autor com base nos dados disponibilizado pelo IBGE.

4 O PLANO REAL

Após inúmeras tentativas de promover estabilidade econômica por meio de controle de preços, alterações nas regras salariais, ajustes fiscais e renegociações da dívida pública, o Brasil implementa o Plano Real, consolidando a estabilidade inflacionária como um de seus principais objetivos. Nesse sentido, a âncora monetária brasileira estava pautada em elevadas taxas de juros, o que provocaram a apreciação da taxa de câmbio. Belluzzo e Almeida (2002) argumentam que o êxito do Plano Real em controlar o processo inflacionário foi alcançado principalmente através do manejo do câmbio, o qual atuou como um freio nos preços. Como pode ser observado ao analisar o gráfico 8, logo após a implementação do Plano Real o Brasil entra em uma trajetória de declínio inflacionário.

Gráfico 8: Trajetória inflacionária (1995 – 2022): (Em %)



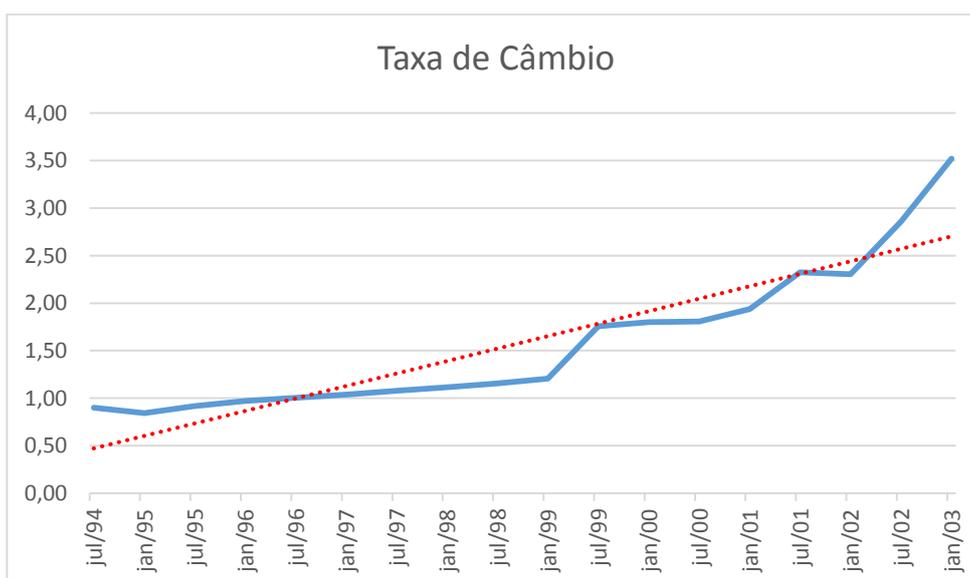
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados disponibilizado pelo IBGE.

O novo plano econômico monetário brasileiro, conhecido como Plano Real, delineou a expansão da base monetária, inicialmente atrelada às reservas internacionais. Desse modo, o Brasil adotou um câmbio nominal de R\$1 = US\$1 com uma banda cambial, a princípio, com limite superior, porém devido à apreciação do Real logo após os primeiros meses de execução e os efeitos que esse movimento acarretaria na balança de transações correntes, o governo começou a atuar de

mercado de câmbio estabelecendo, assim, também uma banda inferior. Desse modo, estava sendo reconhecido o sistema informal de “bandas cambias”, que durou até o primeiro semestre de 1995, onde foi oficializado o regime de câmbio fixo com Banda Cambial.

O sistema de banda cambial permitiu ao Brasil intervir, através de leilões de Spread, na relação Real/Dólar e promover uma desvalorização da moeda brasileira. Dessa forma, a autoridade monetária atuaria para ancorar as expectativas de taxa de câmbio de médio prazo exercendo, assim, um papel de estabilizador. Além disso, o controle cambial por meio de bandas possibilitaria uma coordenação mais eficaz das políticas macroeconômicas, prevenindo desalinhamentos entre moedas e favorecendo um processo contínuo de crescimento sustentável. Silva (2020), destaca que até 1999, quando o câmbio passou a flutuar, a taxa de câmbio real era mantida constante e sobrevalorizada. O gráfico número 9 demonstra a evolução da taxa de câmbio brasileira após a implementação do Plano Real. Ele destaca uma estabilidade inicial, com poucas variações. Somente após uma significativa mudança na política macroeconômica é possível notar uma desvalorização marcante do Real.

Gráfico 9: Taxa de Câmbio equivalente US\$ 1,00 (1994 – 2002): (Em R\$)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados disponibilizado pelo Ipeadata.

A dinâmica promovida pela política de câmbio sobrevalorizado incentivou a importação de bens e serviços, entretanto, desestimulou as exportações o que

culminou, no caso brasileiro, em déficits na balança comercial que se estendem até o esgotamento desse modelo cambial, que ocorreu em 1999. A valorização do real em relação ao dólar impactou os resultados operacionais das empresas exportadoras. No entanto, algumas indústrias envolvidas na exploração de commodities experimentaram certo alívio devido à apreciação desses produtos no mercado internacional em dólares. Isso evitou prejuízos para as empresas produtoras, mantendo seus lucros estáveis apesar da valorização da moeda local. Silva (2020), argumenta que houve impacto da fuga de capitais sobre o saldo da balança financeira no início de 1999, o que refletiu a desconfiança dos agentes internacionais com relação à sustentabilidade do programa de estabilização ancorado na taxa de câmbio.

4.1 A POLÍTICA INDUSTRIAL DO PLANO REAL

O Plano Real foi concebido para ser o principal mecanismo estabilizador da economia brasileira e, como apresentado na seção anterior, a taxa de câmbio desempenhou um papel fundamental nesse processo de ajuste. Na visão de Barros e Goldenstein (1997), a estabilização promovida pelo Plano Real abria espaço para aumento do investimento que impulsionaria o crescimento econômico. Na visão dos autores, ainda que no primeiro momento a expansão econômica esteja entrelaçada com o aumento das importações de bens duráveis e bens de capital, os investimentos corrigiriam esses desequilíbrios e provocariam um aumento nas exportações.

O impacto do ajuste econômico promovido pelo Plano Real foi sentido na economia como um todo, afetando especialmente o setor industrial. Essa conjuntura resultou em uma espécie de política industrial implícita, já que a política monetária restritiva adotada para estabilizar o câmbio teve um impacto significativo nas indústrias, especialmente por serem grandes tomadoras de crédito. A valorização cambial teve um notável significado na composição entre os produtos importados e os fabricados nacionalmente. Por outro lado, a estabilização econômica teve efeitos benéficos na política industrial, pois reduziu as incertezas e permitiu que os empresários fizessem previsões mais precisas e consistentes.

Assim sendo, o Plano Real atuou como um instrumento de política industrial, já que a âncora cambial provocou um equilíbrio entre os produtos nacionais e importados. Isso ocorreu porque os custos não podiam ser repassados aos produtos, uma vez que havia similares importados. Conseqüentemente, a dinâmica do câmbio

fixo ou de bandas cambiais restritivas – que perdurou até 1999 - pressionou os empresários locais a aprimorar a eficiência e a produtividade para manterem a competitividade em um ambiente de economia aberta. Contudo, não está claro que esse processo foi bem-sucedido. Beluzzo (1999), por exemplo, destaca os impactos do Plano Real no setor industrial. Segundo o autor, os principais impactos foram: a perda dos elos nas cadeias produtivas, especialmente no setor metal mecânico; a desmotivação para investir em projetos de exportação devido ao regime cambial pouco atrativo; e a concentração do capital estrangeiro em nichos industriais com proteção governamental.

Portanto, o Plano Real não foi concebido como um instrumento de política industrial, porém, o efeito de estabilização econômica gerado por ele impactou as indústrias manufatureiras. Por um lado, houve uma queda na atratividade do setor para a exportação de produtos; por outro, o setor de bens de capital se beneficiou da abertura comercial iniciada no final dos anos 1980, juntamente com o momento favorável proporcionado pelo Plano Real através da supervalorização cambial. Isso possibilitou uma reestruturação do seu parque tecnológico (Pinheiro; Giambiagi; Moreira, 2001).

4.2 AS POLÍTICAS DE FOMENTO

O Plano Real não é reconhecido como um projeto de produção de incentivos ao setor industrial brasileiro, quando analisado os objetivos do plano de estabilização econômica não há clareza sobre os pontos em que a indústria nacional seria objeto de inspiração. O cerne do plano Real estava baseado na política que antecedeu a nova moeda brasileira – a abertura comercial – e que teve prosseguimento após a implantação. Desse modo, com a saída do Estado como agente do desenvolvimento industrial e aumento do investimento direto estrangeiro nas indústrias locais, foi abandonado o sistema de fomento à indústria e passado ao projeto demanda atendida via importações e de privatizações das empresas estatais.

Dessa forma, não é possível identificar uma política de fomento que abranja todas as camadas do setor industrial. Entretanto, alguns setores, que na ótica do governo eram de caráter estratégico, pois possuíam alto índice tecnológico, receberam olhares privilegiados e, afim de resolver problemas específicos, obtiveram políticas industriais setoriais implementadas.

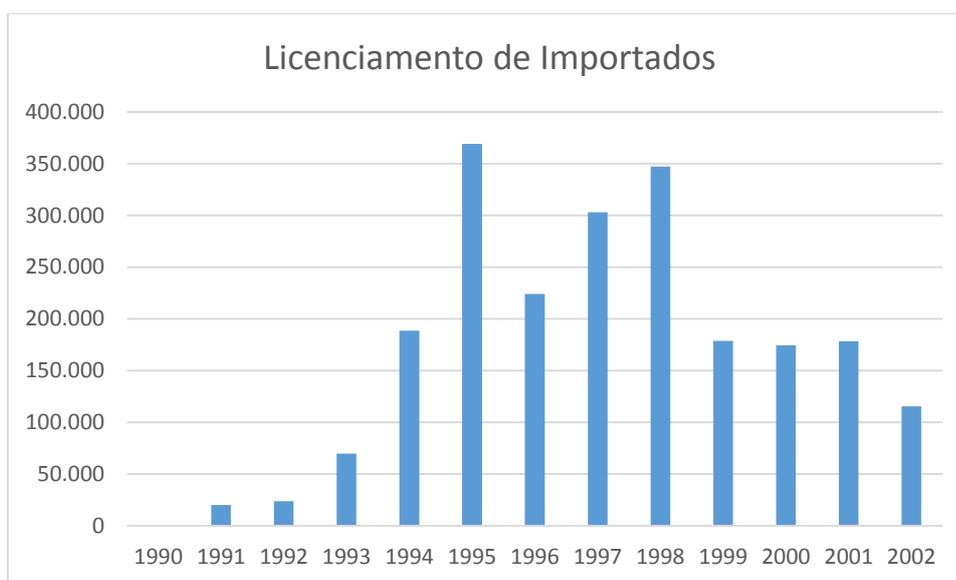
4.2.1 O setor de autoveículos

O setor automotivo, que nos primeiros anos da década de 1990 mostrava resultados promissores para a produção nacional, passou por uma reestruturação. Com a implementação do Plano Real e a subsequente valorização cambial nos primeiros meses, a balança comercial começou a registrar déficits. A importação de veículos, em grande parte por meio das montadoras, contribuía significativamente para esse saldo negativo. O aumento da importação de veículos tem origem na abertura comercial, pois ao longo do período 1990-1994 a tarifa de importação foi reduzida de 83% para 20%. Entretanto, a revisão dessa política se tornou inevitável. Em 1995, o governo iniciou um processo de reanálise e ajuste das taxas de importação, buscando equilibrar a competitividade do mercado interno com a necessidade de proteção à indústria nacional. Os níveis de taxa foram ajustados gradualmente, culminando em um patamar estabilizado em torno de 70%, muito próximo aos praticados antes da abertura comercial. Essa medida foi concebida como uma forma de resgatar a estabilidade do mercado automotivo nacional, proporcionando às montadoras locais uma base mais sólida para competir com os produtos importados. A estabilização em 70% representou uma espécie de "freio" na entrada massiva de veículos estrangeiros, permitindo que as empresas nacionais reafirmassem sua posição e investissem em inovação e qualidade para enfrentar a concorrência.

É possível observar o efeito que a alteração das taxas de importação e do nível de câmbio causam no setor de auto veículos através de uma análise nos dados brasileiros de licenciamento veículos importados. O gráfico número 10 demonstra a série histórica para o período de 1989 até 2002 de todos os autoveículos (automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus) licenciados no Brasil. Os dados demonstram que o mercado de veículos no Brasil era de predomínio da indústria nacional, e após abertura comercial promovida no início dos anos 1990, em conjunto com a apreciação do Real logo após sua implantação e a redução da taxa de importação, houve um aumento significativo da participação do veículos importados, chegando em 1995 a quase 370 mil veículos importados licenciados em território nacional. No gráfico 10, podemos identificar os efeitos da mudança macroeconômica de 1999 no setor automotivo brasileiro. Essa transição foi marcada pela adoção do tripé macroeconômico, o que influenciou diretamente a dinâmica desse setor. A mudança

para um regime de câmbio flutuante, metas de inflação e responsabilidade fiscal impactou consideravelmente a indústria automobilística. Houve uma adaptação às novas condições econômicas, tanto no que diz respeito à produção para o mercado interno quanto para as exportações, afetando investimentos, preços e estratégias de mercado das empresas do setor.

Gráfico 10: Licenciamento de auto veículos importados (1990 – 2022)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados disponibilizado pela ANFAVEA.

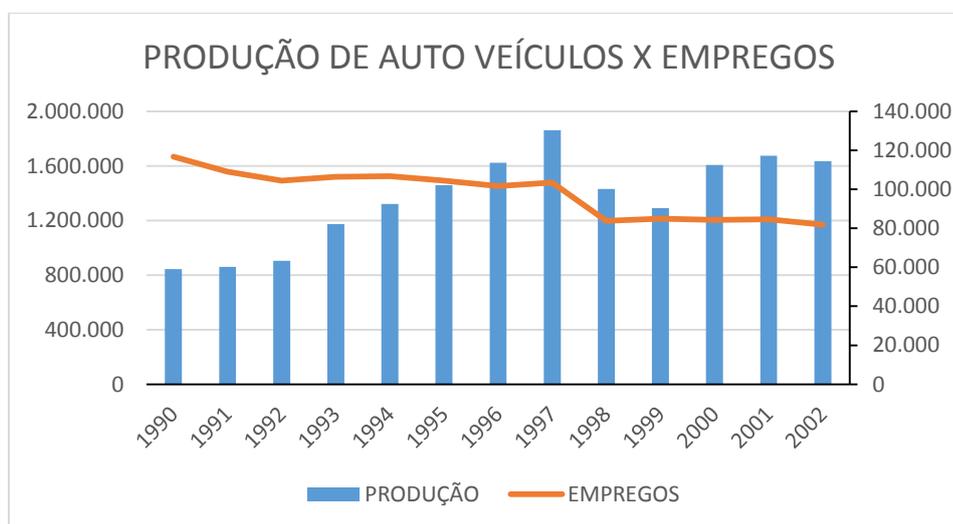
O setor de autoveículos no Brasil testemunhou uma trajetória de mudanças substanciais desde seu surgimento até a consolidação nos dias atuais. A partir da abertura comercial e, de forma ainda mais notável, com a implementação do Plano Real, houve uma revolução no que diz respeito aos investimentos destinados à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Esses investimentos foram fundamentais para impulsionar o setor, resultando em um aumento expressivo nas taxas de produtividade e ganhos de escala. Dessa forma, há um aumento significativo na produção brasileira ao longo do período pós Plano Real como fruto dos investimentos diretos realizados no País, além dos acordos comerciais que o setor realizou e que foram benéficos para a indústria nacional. A conjuntura econômica favorável, juntamente com a estabilidade econômica proporcionada pelo Plano Real, criaram um ambiente propício para que o setor automotivo destravasse seu potencial e impulsionasse suas taxas de produtividade. Entretanto, nas palavras de Barros (2011), o aumento da produtividade

não poderia ser interpretado como uma guinada do setor rumo a competitividade internacional.

O aumento da produtividade, no entanto, não pode ser interpretado, a priori, como um indicativo consistente de elevação de competitividade do setor. A indústria automotiva depende de constantes desenvolvimentos tecnológicos e de engenharia, o que faz com que a série mostre tendência positiva ao longo dos anos (Barros, 2011, p.185).

O aumento significativo da produtividade do setor de auto veículos pode ser observado através do gráfico de número 11, onde está combinado a produção brasileira de autoveículos com o total de empregos diretos do setor. No ano de 1990 - período pré Plano Real - a produção nacional de autoveículos foi de 843.429 unidades, e o setor de autoveículos comportava 116.707 trabalhadores, então, quando é dividido a produção total pelo número de trabalhadores do setor, chega-se a 7,22 autoveículos por trabalhador no ano de 1990. Entretanto, em 1997 – pico da produção de autoveículos brasileiro dessa análise – foram produzidos 18 unidades para cada trabalhador, e em 2002 foram 20 auto veículos por trabalhador.

Gráfico 11: Produção de auto veículos e empregos do setor (1990 – 2002)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados disponibilizado pela ANFAVEA.

Então, após a implantação do Plano Real, a análise dos dados da indústria autoveículos no Brasil revela um aumento significativo na produção, porém, acompanhado por uma ligeira contração no nível de emprego. Esse setor, que é reconhecido por sua alta intensidade tecnológica, após a implantação do Plano Real

testemunhou uma modernização significativa em seus processos produtivos, resultando em um aumento notável da produtividade. O crescimento da produção nos primeiros anos após a implantação do Plano Real demonstrou eficácia dos investimentos que resultaram em processos mais eficientes e que impactaram diretamente a produtividade do setor. Essa modernização das plantas produtivas levou a contração do nível de emprego do setor, entretanto, conforme Tregenna (2009), a redução do nível de emprego não pode, por si só, definir um processo de desindustrialização.

A indústria de automóveis é um dos segmentos industriais que mais se transformam tecnologicamente nos últimos anos, utilizando o que há de mais avançado no mundo em mecanização, informação e robotização. Isso influi na menor quantidade de empregos gerados pelo setor (ALMANAQUE ABRIL, 2000).

4.2.2 O setor de bens de capital

A indústria de bens de capital é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento e crescimento econômico de um país. Ela desempenha um papel crucial na construção e expansão de setores industriais, fornecendo os instrumentos essenciais e tecnologicamente avançados necessários para a fabricação de uma ampla gama de produtos e serviços.

Ao longo do Plano Real o setor recebeu apoio em diversas áreas, no âmbito fiscal pode-se destacar a isenção de IPI estipulada pela Lei nº 9000, de 16/03/1995, e a depreciação acelerada. O setor também recebeu incentivos fiscais através da Lei nº 8.661, de 02/06/1993, que permitiu as empresas que aderiram ao Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI) deduzir em até oito por cento o imposto de renda, a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Amortização acelerada e dedução como despesa operacional.

A indústria de bens de capital também contou com as linhas financiamento especial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Finame. Esse programa atuou no incentivo, via financiamento, das empresas na promoção da evolução tecnológica do setor de máquinas e equipamentos, o que levaria ao impulso do desenvolvimento industrial nacional, com taxas de juros altamente subsidiadas e perto de 1% a.a.

Até a abertura comercial, o Brasil utilizava alíquotas de importação de bens de capital como forma de proteger seu setor. Contudo, nos primeiros anos da década de

1990, o "regime de ex-tarifário" foi introduzido, diluindo a eficácia da política de proteção entre as diversas camadas do setor de bens de capital. Esse regime permite a importação de bens de capital, quando não há similar nacional, com tarifas reduzidas ou zeradas. Inicialmente, poucas máquinas foram beneficiadas por essa política de importação, totalizando um equivalente a US\$ 750 milhões em equipamentos atendidos no ano de 1991.

Com a implementação do Plano Real, o governo brasileiro buscou resolver os problemas do setor industrial ao estimular a importação de bens de capital. Ampliando significativamente a lista de equipamentos permitidos pelo "regime de ex-tarifário", houve um aumento no valor total das importações subsidiadas. O montante anual das importações de bens de capital beneficiados com alíquota zero chegou a alcançar a marca de US\$ 2 bilhões, conforme reportado pela Gazeta Mercantil em 12/09/1997 (página A-4).

É possível analisar o resultado obtido pela indústria de bens capital nos primeiros anos após a implantação do Plano Real através da tabela 3. Nesse conjunto de dados é demonstrado os números da pesquisa industrial mensal (PIM-PF), onde observa-se o efeito das políticas do "regime ex-tarifário" sobre o setor de bens de capital. No biênio 1994 -1996 nota-se que há uma queda de quase vinte e três por cento na produção física desse setor. Entretanto, logo após o fundo da produção física de bens de capital - ocorrido em 1996 - é verificado um aquecimento desse setor demonstrando que, apesar de tardio, a política de financiamento do BNDE ao setor industrial via Finame impactou positivamente e que resultou em um aumento da produção. Os resultado promovidos pelas políticas do regime de "ex-tarifário" devem ser analisadas em conjunto com as alterações ocorridas no câmbio, pois o setor de bens capital é sensível as flutuações, e o período analisado é marcado por forte intervenção no nível de câmbio e mudanças de regime.

Tabela 3 - Índice de Produção Mensal: Dados de janeiro para cada ano (1994 – 2004)

Ano	Bens de Capital	
1994	132,32	-
1996	102,23	-22,74%

1998	112,1	9,65%
2000	104,23	-7,02%
2002	118,25	13,45%
2004	136,02	15,03%

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados disponibilizado pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF). Base 1991=100.

Entretanto, em 1999 o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso toma posse para o seu segundo mandato e faz uma troca no Banco no Central, Armínio Fraga torna-se presidente do BACEN e modifica a macroeconomia brasileira. A frente do Banco Central Armínio elabora uma transformação no modelo macroeconômico e implanta o tripé macroeconômico, que é o nome atribuído para aos princípios metodológicos que regem a política econômica do Brasil e de outros países desenvolvidos, sejam eles: câmbio flutuante, meta de inflação e meta fiscal. A definição mais conhecida para o tripé macroeconômico foi apresentada por Armínio Fraga, então presidente do BC, em entrevista ao programa Roda Viva em 1999, conforme reproduzido abaixo:

O que se tem hoje é uma mudança que dá à taxa de câmbio uma função diferente da função que ela tinha antes. Antes o Governo dizia para a taxa de câmbio: 'Você toma conta da inflação' e dizia para a taxa de juros: 'Você toma conta do balanço de pagamentos', que é um regime de taxa de câmbio fixa. Hoje nós estamos escalando o time de forma diferente. Nós estamos dizendo para taxa de câmbio: 'você toma conta do balanço de pagamentos' e para taxa de juros: 'você toma conta da inflação'. Agora, nada disso funciona sem uma boa política fiscal (Fraga, 1999).

O resultado da nova política macroeconômica brasileira foi prejudicial ao setor de bens capital, pois a política cambial praticada até 1999 mantinha o câmbio fixo e de forma sobre valorizado. Entretanto, com a mudança para o novo regime cambial, onde a cotação fluuaria à mercado, houve uma apreciação do Dólar frente ao Real, esse descolamento inicial - que gerou valorização - foi fruto do regime anterior, que segurou o nível de câmbio. Desse modo, a moeda americana valorizou, ao longo de 1999, aproximadamente cinquenta por cento, conforme já demonstrado no gráfico 9. No novo modelo macroeconômico brasileiro a função da Taxa Selic não era controlar a inflação, mas sim como definiu Armínio Fraga, era controlar o balanço de pagamentos, onde uma Selic mais alta estimularia a compra de títulos da dívida

pública por investidores estrangeiros, favorecendo assim a entrada de capital internacional no Brasil, o que regularia o nível do câmbio.

Porém, o Brasil estava vindo de um período de déficit na balança comercial, pois as importações superavam as exportações, dado o nível de câmbio sobrevalorizado. Entretanto, após a implantação da nova política cambial e salto inicial do Dólar, para manter a estabilidade econômica brasileira o governo optou por manter constantemente alta a taxa de juros, para promover a entrada de divisas e regular o nível do câmbio. Essa dinâmica penalizou os setores que necessitam de investimentos para se desenvolverem, assim como é o setor de bens de capital. Então, ao passo que o governo mantinha a Selic mais elevada para atrair capital estrangeiro e acumular reservas, a produção industrial era impactada negativamente. Esse efeito é revelado na Tabela 3 no resultado da pesquisa PIM-PF, onde o ano de 2000 sofre um decréscimo de 7,5 por cento na produção física de bens de capital.

4.3 AS POLÍTICAS DE REGULAÇÃO

No dia 11 de junho de 1994, a Lei nº 8.884 foi promulgada no Brasil, consolidando a promoção da livre concorrência e reprimindo práticas de abuso de poder econômico. Essa legislação reforçou o papel do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) como órgão responsável por aplicar essa lei, juntamente com a Secretaria de Direito Econômico (SDE) e a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE). O objetivo era garantir que práticas anticompetitivas, como formação de carteis, fusões e aquisições, fossem realizadas e regulamentadas dentro da economia brasileira. O papel desempenhado pelo CADE na década de 1990 foi crucial, pois enfrentou o desafio de garantir a estabilidade econômica diante da entrada de novos concorrentes internacionais no mercado brasileiro decorrente da abertura comercial. Esse órgão desempenhou um papel fundamental na regulação e supervisão do cenário empresarial nacional, especialmente no que diz respeito ao rearranjo das empresas locais diante da presença de novos participantes estrangeiros. Sua atuação foi essencial para equilibrar a competição entre os diferentes players e buscar um ambiente mais harmonioso para as empresas nacionais enquanto elas buscavam se adaptar às mudanças provocadas pela globalização e pela abertura do mercado.

No âmbito da proteção intelectual, em 14 de maio de 1996, a Lei nº 9.279 substituiu uma legislação pouco rigorosa que pouco protegia as indústrias farmacêuticas e alimentícias, e impunha prazos de até 15 anos para as patentes. Após a implementação desse novo marco regulatório, as indústrias farmacêuticas e alimentícias viram um reforço na proteção de suas patentes e no registro de produtos, assegurando assim os direitos de propriedade intelectual. Isso significou uma proteção mais robusta para as inovações e produtos desenvolvidos por essas indústrias, conferindo-lhes um respaldo legal e garantindo a exclusividade na comercialização de seus produtos por um determinado período. A nova legislação também ampliou para 20 anos a validade das patentes de produtos industrializados e garantiu o direito de registro para produtos geneticamente modificados. Esse cenário contribuiu para estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação nessas áreas, uma vez que havia uma maior segurança em relação à proteção de seus investimentos e descobertas.

Para continuar promovendo a abertura comercial brasileira as Leis de regulação do capital estrangeiro foram modificadas. Então, em 1994, uma emenda constitucional acabou com a distinção entre empresas de capital nacional e empresas de capital estrangeiro. A nova formatação colocou em igualdade o acesso à crédito e a subsídios fornecidos pelos órgãos de fomento da economia nacional. Outras mudanças regulatórias foram implementadas para facilitar um maior fluxo de capital estrangeiro, eliminando restrições relacionadas às remessas de lucros para o exterior. A eliminação das restrições para remessas de lucros contribuiu para atrair investimentos externos e fortalecer a integração do Brasil na economia global, proporcionando um ambiente mais favorável para negócios internacionais e promovendo o crescimento econômico. Com o intuito de melhorar as condições de investimento direto no País, as regras tributárias para qualquer tipo remessa foram simplificadas, passando a ser cobrado uma alíquota padrão de 15 por cento.

Os efeitos das políticas de regulação, em especial as medidas de desburocratização sobre o investimento estrangeiro no país são evidenciados na Tabela 4, aonde se pode verificar o aumento expressivo do investimento exterior no Brasil já nos primeiros anos de implementação do Plano Real. Para Laplane (1997), os fluxos financeiros ocorridos na primeira metade dos anos 1990 foram utilizados para modernização da estrutura produtiva, pois a abertura comercial estimulou a competição industrial e pressionava por redução de custos, dado que a política de

câmbio sobrevalorizado estimulava a importação. O autor ainda pondera que os empreendimentos que resultaram do investimento estrangeiro no País tinham por característica uma taxa alta de importação, o que gerou pressão no balanço de pagamentos. Outro destaque evidenciado pelo autor é o forte processo de desnacionalização da indústria ocorrido pela entrada do capital estrangeiro, e a queda da participação da indústria de transformação no investimento externo como percentual do total de investimento. Para Laplane (1997), houve uma inversão na dinâmica dos investimentos estrangeiros, pois a indústria de transformação recuou sua participação e o setor de serviços capturou bem esse estoque monetário (Laplane, 1997).

Mais da metade do estoque de investimento acumulado até junho de 1995 concentrava-se na indústria de transformação (53,2%). Em 1989, portanto antes do processo de abertura comercial e da crise econômica do governo Collor, esta participação era de 71,1%, sendo reduzida paulatinamente ao longo dos anos 90. Todos os setores industriais, sem exceção, perderam participação, ainda que com intensidades diferenciadas, no estoque total de investimento neste período (Laplane, 1997).

Tabela 4 - Investimento Direto Estrangeiro – IDE – US\$ Milhões - 1992 – 2002

Ano	Investimento Direto (IDE)	Variação
1992	2.061	-
1993	1.291	-37,37%
1994	2.150	66,54%
1995	4.405	104,90%
1996	10.792	144,98%
1997	18.993	76,00%
1998	28.856	51,93%
1999	28.578	-0,96%
2000	32.779	14,70%
2001	22.457	-31,49%
2002	16.590	-26,13%

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados disponibilizados pelo Ipeadata.

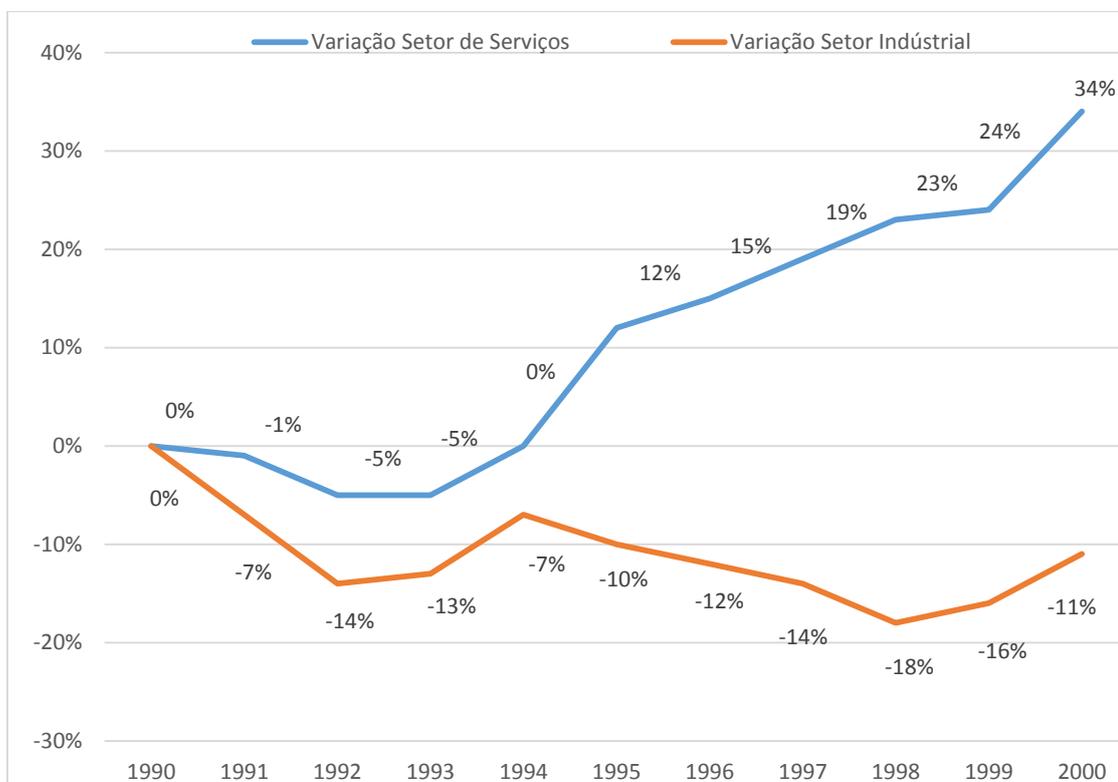
5 O SETOR INDÚSTRIAL NA DECÁDA DE 1990

A década de 1990 trouxe profundas modificações na economia brasileira, a abertura comercial e, em especial, o Plano Real alteraram significativamente a estrutura econômica do País. O objetivo desse trabalho é analisar os efeitos do Plano Real sobre o setor industrial, desse modo será realizado uma análise da indústria de transformação para verificar a influência do Plano Real, utilizando a perspectiva expandida do conceito de desindustrialização proposto por Tregenna (2009). Essa análise abordará a variação no percentual de empregos industriais em relação ao total de empregos da economia brasileira e no valor adicionado como métricas principais.

5.1 O EMPREGO INDUSTRIAL

De acordo com os conceitos clássicos sobre desindustrialização, o nível de emprego é considerado a principal referência para identificar a ocorrência de desindustrialização. Desse modo, será analisado a evolução do emprego industrial, fazendo um comparativo com o setor de serviços no período de 1990 – 2000. Conforme demonstrado pelo gráfico 12, é possível observar que houve declínio no nível do emprego após abertura comercial e, principalmente, após implantação do Plano Real. Em contrapartida, o setor serviços aumentou a ocupação de pessoas empregadas, dado que o setor agropecuário manteve-se praticamente estável no período, o estudo sugere que houve migração da mão-de-obra industrial para o setor de serviço, porém essa casualidade merece um estudo dedicado.

Gráfico 12: Evolução da variação do nível de emprego do setor de serviços e setor industrial (1990 – 2000)



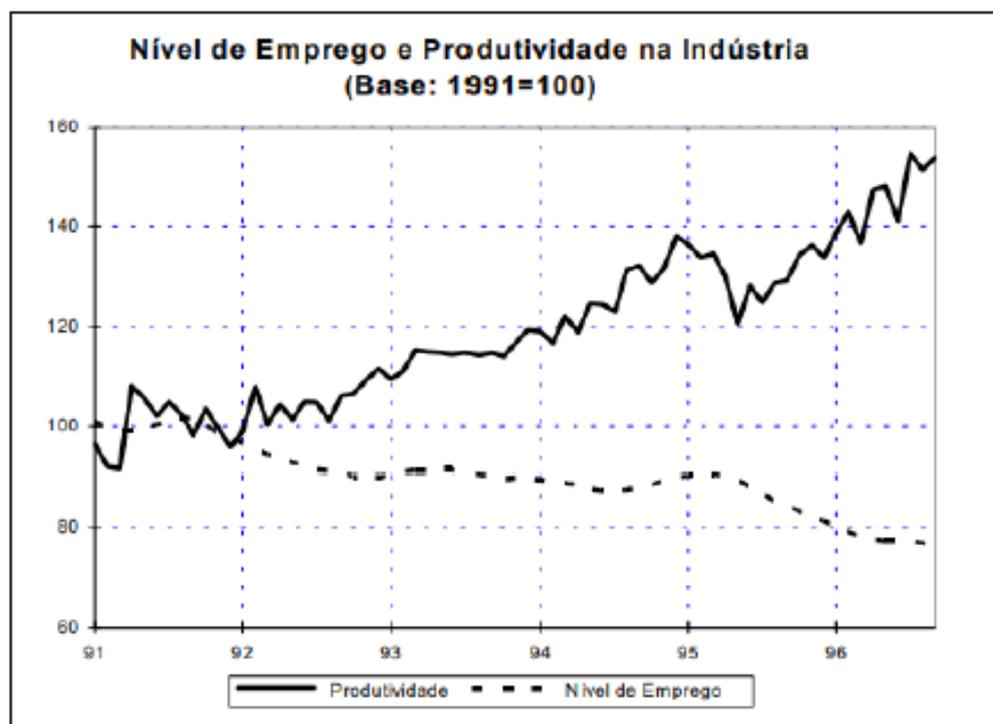
Fonte: Elaboração do autor com base nos dados disponibilizado pelo Rais.

Sendo assim, conforme proposto no conceito clássico, o Brasil estaria passando por um processo de desindustrialização, pois as taxas de empregos industriais no período apresentaram quedas contínuas e persistentes, chegando a uma queda de 18 por cento em 1998. No entanto, em 1999, houve uma mudança significativa na macroeconomia brasileira com a implementação do tripé macroeconômico. Nesse contexto, a indústria de transformação respondeu de forma positiva ao ajuste, conseguindo recuperar parte dos empregos perdidos. Para Raulino (2008), a queda do nível de empregos industriais é fruto da abertura comercial brasileira, pois a evolução do setor com novas tecnologias aumentou significativamente a eficiência com melhor qualidade dos produtos e eficiência na produção, em contrapartida causou diminuição na ocupação dos empregos em relação ao total da economia.

É possível verificar o aumento da eficiência produtiva do setor industrial através do gráfico 13, nele é demonstrado a dinâmica do aumento da produtividade industrial

e da redução do emprego nos primeiros anos após abertura comercial e implantação do Plano Real.

Gráfico 13: Nível de emprego e produtividade



Fonte: Ramos, 1997.

A abertura comercial proporcionou uma melhora significativa na qualidade dos insumos e máquinas importadas, o que refletiu na eficiência produtiva das empresas. A nova estrutura produtiva permitiu à indústria de transformação reduzir custos de fabricação, o tempo de produção e a diminuição do quadro de empregos industriais. Outro reflexo da abertura comercial sobre o setor industrial foi a competitividade imposta pelas indústrias internacionais. Com a integração do Brasil em uma estrutura produtiva globalizada, as empresas nacionais foram incentivadas a se especializar na produção. No entanto, muitas delas não conseguiram se adaptar a esse novo mercado, resultando em falências ao longo do caminho. Então, as novas tecnologias implementadas ao longo de 1990 contribuíram significativamente para o aumento da produtividade industrial e, por consequência, diminuição do nível de emprego do setor.

5.2 A PRODUÇÃO INDUSTRIAL

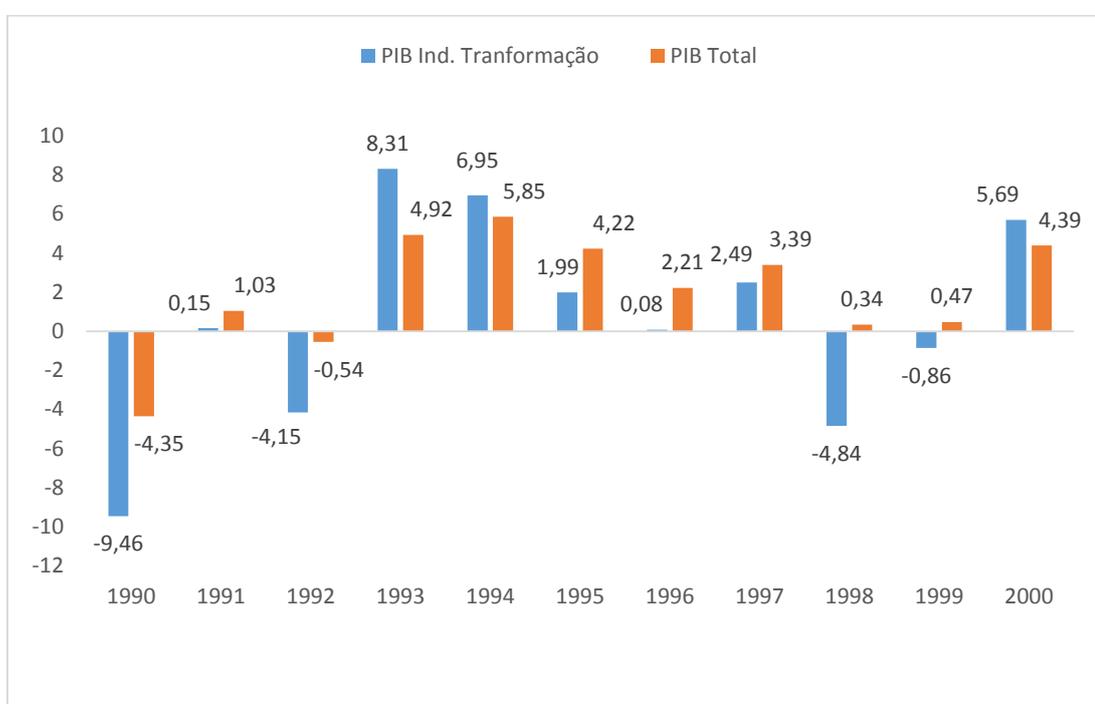
A relevância da mão-de-obra na indústria, expressa como percentual do emprego total, é muito importante na avaliação da dinâmica de um processo de desindustrialização. No entanto, conforme destacado por Tregenna (2009), além do emprego industrial, a evolução da participação da produção industrial no PIB deve ser igualmente analisada para verificar um possível processo de desindustrialização. Para Oreiro (2010), a análise da produção industrial é um dos métodos mais utilizados para investigar a desindustrialização no contexto brasileiro. Essa perspectiva permite uma avaliação direta do setor manufatureiro e uma comparação com demais setores da economia. Desse modo, ao também analisar os dados de produção da indústria em conjunto com os níveis de emprego, é possível obter uma visão mais abrangente e precisa sobre a desindustrialização nacional.

Sendo assim, quando analisado os números da produção industrial brasileira e comparados com a evolução do PIB é possível verificar que o setor manufatureiro enfrentou uma maior volatilidade que o PIB total ao longo da década de 1990. Conforme demonstrado no gráfico número 15, o primeiro ano após abertura comercial é marcado por uma severa queda PIB industrial que foi acompanhada de uma queda expressiva de 4,35% do PIB total. Essa volatilidade do setor manufatureiro pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo a abertura comercial, mudanças nas políticas econômicas, flutuações cambiais e a própria adaptação das empresas à nova dinâmica globalizada. Pois, devido à queda das barreiras de proteção que, por longos anos protegeram a economia brasileira e, em especial, o setor industrial, as empresas que não se adaptaram ao cenário internacional mais competitivo tiveram sua produção impactada negativamente.

Para o ano de 1993 o resultado positivo do setor industrial pode ser interpretado como uma recomposição da capacidade ociosa que abertura comercial provocou na indústria brasileira. A partir da implantação do Plano Real pode-se observar que o setor industrial não conseguiu resultados superiores ao da economia brasileira, o câmbio fixo mantido de forma sobrevalorizado pressionou o setor industrial devido ao acesso aos produtos externos e o poder compra nacional competitivo. Já no ano de 1998, em meio ao esgotamento do modelo cambial brasileiro, os choques externos pressionaram por fuga de capitais, o que levou o BC à elevar a taxa de juros até 49,75%. Esse cenário provocou outra queda significativa do setor industrial brasileiro

que registrou saldo negativo de 4,84%. Entretanto, em 1999 há uma grande mudança na macroeconomia brasileira, com o esgotamento do modelo de câmbio fixo, o Brasil adota um novo modelo macroeconômico - que ficou conhecido como tripé macroeconômico (meta de superávit primário, meta de inflação e câmbio flutuante). Com a implementação do tripé macroeconômico houve a desvalorização do Real frente ao dólar, o que permitiu ao setor industrial no de 2000 aumentar suas exportações e atingir um crescimento de 5,69%.

Gráfico 14: Variação da indústria de transformação e do PIB (1990 – 2000): (Em %)

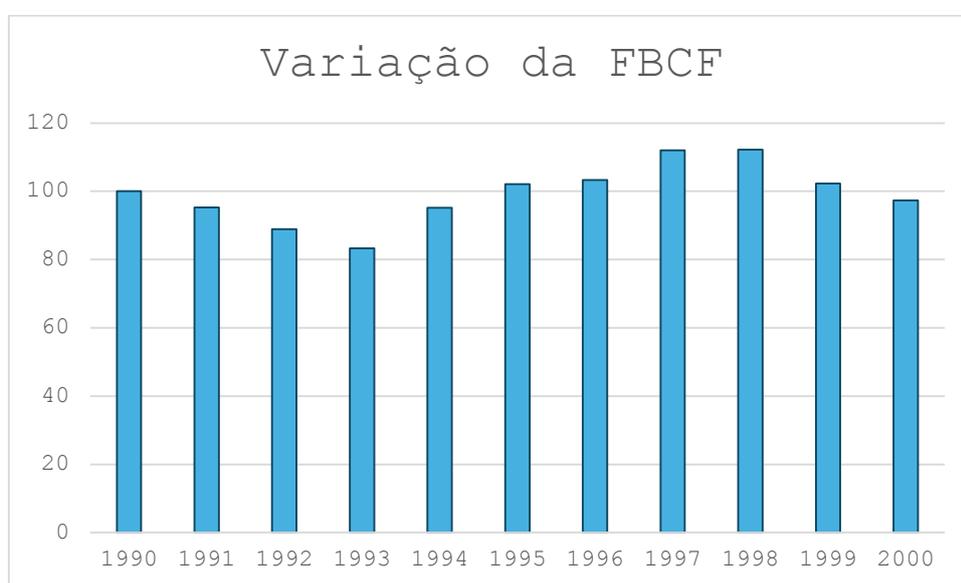


Fonte: Elaboração do autor com base nos dados disponibilizado pelo Ipeadata.

Durante a década de 1990 a abertura comercial, a supervalorização da taxa de câmbio, as taxas de juros altas, a falta de uma política industrial robusta e a ausência de políticas eficazes de incentivo à indústria não foram capazes de impulsionar os investimentos das empresas na expansão de suas capacidades produtivas. Isso resultou em um cenário no qual a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) foi consistentemente insuficiente ao longo desses anos, com vários períodos registrando resultados negativos. Conforme revelado no gráfico 15, os primeiros anos após a abertura comercial são marcados por substanciais quedas da FBCF. No entanto, o resultado positivo que ocorreu em 1994 pode ser atribuído, em parte, ao

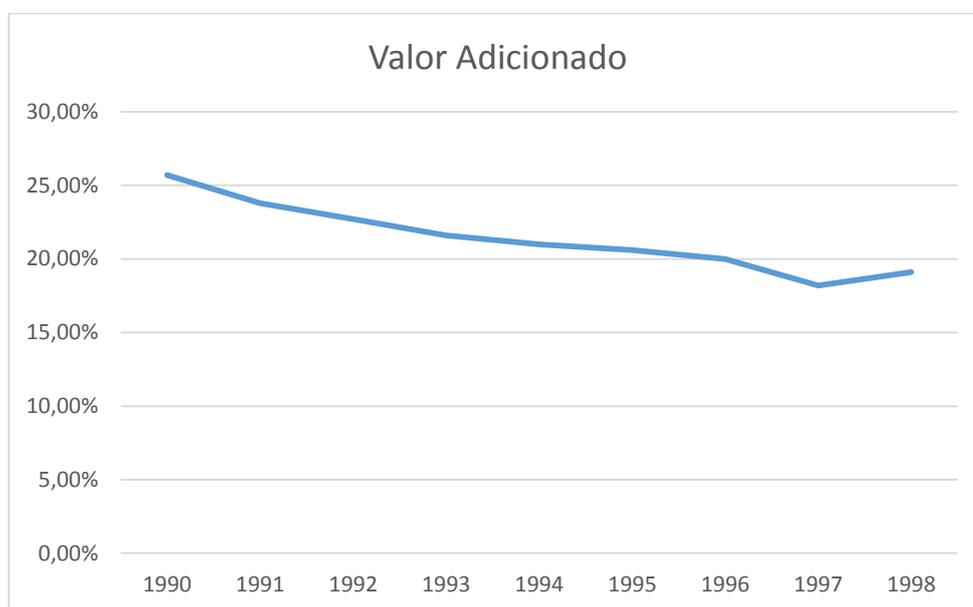
novo plano econômico, que em seguida se tornaria o Plano Real, pois a nova dinâmica cambial, juntamente com a melhora no acesso ao mercado internacional, fruto da abertura comercial, impulsionou a FBCF nos primeiros anos após a implantação do Plano Real. Outro ponto importante que o gráfico da dinâmica da FBCF demonstrou foi a queda acentuada no ano de 1999, quando coincide com a grande mudança macroeconômica brasileira, que culminou na desvalorização cambial e aumento da taxa de juros.

Gráfico 15: Variação da Formação Bruta de Capital Fixo (1990 – 2000) (Em %)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados disponibilizado pelo Ipeadata.

Outro indicador relevante no estudo sobre a ocorrência de desindustrialização é o valor adicionado. Através desse parâmetro é possível medir a capacidade da indústria de transformação adicionar valor aos produtos produzidos. Sendo assim, a medida que um país apresenta quedas persistentes nesse indicador, isso pode sinalizar um processo de desindustrialização. O gráfico número 16 demonstra a evolução do valor adicionado da indústria de transformação brasileira. Como pode ser observado, há quedas persistes ao longo da década de 1990 e mesmo após a implantação do Plano Real essa tendência não é revertida, sendo que em 1997 ocorre um agravamento significativo desse cenário.

Gráfico 16: Valor adicionado (1990 – 2000): (Em %)

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados disponibilizado por Marqueti, 2002.

Conforme observado ao longo do capítulo 5, os indicadores da performance industrial, assim como: Número de empregos absorvidos pelo setor como percentual do total; participação no PIB como percentual do total; formação bruta de capital fixo e capacidade de adicionar valor aos produtos foram impactados negativamente ao longo da década de 1990. Pela ótica do emprego, a queda nos números é, em parte, explicado pelo aumento significativo da produtividade ocorrido em função da abertura comercial. Quando consideramos a contribuição do setor industrial para a composição total do PIB, foi possível observar uma queda persistente na capacidade do setor de promover o crescimento econômico, uma diminuição na capacidade produtiva futura, pois o investimento em FBCF reduziu durante o período avaliado, resultando na redução da capacidade da indústria de agregar valor aos produtos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo analisar o setor industrial no pós-implantação do Plano Real utilizando como período de observação 1994 – 2002, e retomar a discussão sobre um possível processo de desindustrialização, além de verificar se as políticas desenvolvidas após o novo modelo de estabilização econômica influenciaram o setor industrial. Para esse estudo foram revisados trabalhos de autores com reconhecido saber sobre o processo de evolução industrial brasileiro, bem como os autores clássicos que pesquisaram sobre os fatores que levam as economias a enfrentarem desindustrialização. Também foram explorados os dados oficiais de emprego e produção nas agências de estatística pertinente, para construir uma pesquisa que estabelecesse, ou não, uma relação entre o Plano Real e o processo de desindustrialização.

Ao longo da pesquisa realizada para desenvolver esse trabalho foi observado que não existe uma definição concreta e consensual que descreva o processo de desindustrialização das economias. Essa divergência de ideias permite um viés nas avaliações sobre a dinâmica do setor industrial, pois a pesquisa teórica demonstra que há algumas definições sobre desindustrialização na literatura econômica e cada uma dessas interpretações se utiliza de métricas particulares.

Rowthorn e Ramaswamy (1999), descreveram o conceito de desindustrialização como a diminuição da participação do emprego industrial frente ao total de empregos de uma economia. Entretanto, o conceito de desindustrialização empregado nesse trabalho foi o descrito por Tregenna (2009), onde o percentual de empregos industriais em relação ao total de empregos da economia é analisado de forma conjunta ao valor que a indústria adiciona ao PIB total, essa métrica conjunta é utilizada para estabelecer se uma economia está passando por um processo de desindustrialização.

Quando analisado o processo de desindustrialização pela ótica do emprego (desindustrialização pela perda da participação do emprego industrial como percentual do emprego total) o gráfico 12 demonstra a perda significativa que setor enfrentou ao longo dos anos pós implantação do Plano Real. Entretanto, essa queda no nível de emprego aconteceu concomitantemente ao aumento da produtividade industrial. Desse modo, a dinâmica do emprego do setor industrial também foi

influenciada pelo Plano Real, pois o câmbio fixo mantido de forma sobrevalorizada em conjunto com a abertura comercial permitiram o acesso a novas tecnologias que impulsionaram o setor industrial e diminuíram o nível de emprego.

Ao analisar o setor industrial pela ótica do valor adicionado ao PIB é possível observar uma retração contínua que se inicia com a abertura comercial e se estende com a implantação do Plano Real. O gráfico 16 demonstrou a dinâmica do recuo da capacidade do setor industrial em adicionar valor as mercadorias brasileiras, essa métrica, juntamente com os dados de FBCF revelados no gráfico 15 e as quedas de participação do setor industrial na composição do PIB, que foram exibidos no gráfico 14, evidenciam o processo de desindustrialização nacional que iniciou com a abertura comercial e continuou após a implantação do Plano Real. A retração industrial ocorrida pode ser explicada, em parte, pela abertura comercial e pela dinâmica cambial brasileira, pois o acesso aos produtos internacionais na conjuntura da década de 1990 foi nocivos as empresas brasileira que ainda não estavam aptas a concorrência internacional.

No que tange às políticas desenvolvidas no pós Plano Real para a expansão do setor industrial a conclusão é de que foram insuficientes. Como a nova moeda brasileira tinha um viés de estabilização monetária e não de estímulo industrial, tanto as políticas de fomento, quanto às políticas de regulação não foram suficientes para conter a queda contínua do setor industrial frente à economia como um todo.

Em síntese, foi proposto nesse trabalho verificar a influência do Plano Real no processo de desindustrialização nacional. Os dados pesquisados e encontrados corroboram com a hipótese do Brasil ter passado pelo processo de retração industrial, e que o Plano Real, além de não corrigir a rota do setor, proporcionou um ambiente, via aceleração da abertura comercial e da dinâmica cambial, que favoreceu o processo de desindustrialização. Desse modo, esse trabalho chega ao fim com a dedução de que o plano de estabilização econômica teve externalidade negativas para o setor industrial.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de. **Políticas industriais em países selecionados**. 1998. Disponível em:
https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/18182/1/FCEst116440_Pol%C3%A9ticas%20Industriais%20em%20Pa%C3%ADses%20Selecionados_compl_P.pdf. Acesso em 12 dez. 2023.
- BACHA, Edmar. **O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate**. Editora José Olympio, 2015. Disponível em:
https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=SV4dBgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT91&dq=BACHA,+Edmar.+O+futuro+da+ind%C3%BAstria+no+Brasil:+desindustrializa%C3%A7%C3%A3o+em+debate.+Editora+Jos%C3%A9+Olympio,+2015.&ots=Yea-fv4-rz&sig=Vv5GNrFwk_sC5EComY74FK5a1io#v=onepage&q=BACHA%2C%20Edmar.%20O%20futuro%20da%20ind%C3%BAstria%20no%20Brasil%3A%20desindustrializa%C3%A7%C3%A3o%20em%20debate.%20Editora%20Jos%C3%A9%20Olympio%2C%202015.&f=false. Acesso em: 12 dez. 2023.
- BARROS, Daniel Chiari; PEDRO, Luciana Silvestre. **As mudanças estruturais do setor automotivo, os impactos da crise e as perspectivas para o Brasil**. BNDES Setorial, n. 34, set. 2011, p. 173-202, 2011. Disponível em:
<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/1483>. Acesso em: 12 dez. 2023
- BELUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. G. **Economia brasileira: da crise da dívida aos impasses do real**. Mimeo. s/d.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Disponível em:
<file:///C:/Users/dani/Downloads/Maria%20Vit%C3%B3ria%20Benevides%20O%20Governo%20Kubitschek.pdf>. Acesso em 12 dez. 2023.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; THEUER, Daniela. **Um estado novo-desenvolvimentista na América Latina?**. Economia e sociedade, v. 21, p. 811-829, 2012. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ecos/a/HZNx4fX7WxnFNfrM8bStmsF/abstract/?lang=pt>. Acesso em 12 dez. 2023.

CONSIDERA, C. M. **Ideologia, globalização e emprego**. *Jornal do Economista, Corecon*, n. 83, dez. 1995.

DE BARROS, José Roberto Mendonça; GOLDENSTEIN, Lídia. **AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRO**. *BRAZILIAN JOURNAL OF POLITICAL ECONOMY*, V. 17, N. 2, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/VqTfr9JjkhmqvQ93KNyQtxQ/?lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2023

DIROLI, Aline et al. **Plano real e os efeitos sobre a indústria 1990-2000**. 2022. ESPOSITO, Mauricio. **Desindustrialização no Brasil: uma análise a partir da perspectiva da formação nacional**. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 2017. Disponível em: <https://revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/293>. Acesso em: 13 dez. 2023

FEIJÓ, C., CARVALHO, P. G. M. **Sete teses equivocadas sobre o aumento da produtividade industrial nos anos recentes**. *Boletim de Conjuntura, IEI/UFRJ*, jul. 1994a.

FEIJÓ, Carmem A.; CARVALHO, Paulo GM; ALMEIDA, Júlio SG. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil**. São Paulo: IEDI, 2005.

FONSECA, P.C.D. (1989). **Vargas o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense.

FRENHAN, Cleber et al. **Política industrial e desindustrialização pós Plano-Real (1995–2014)**. 2017. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/10025>. Acesso em: 13 dez. 2023

GONÇALVES, Reinaldo. **O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas**. Editora Contexto, 2000.

HERMANN, Jennifer. **Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico**. *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, Editora Campus, 2005. Disponível em: <https://home.ufam.edu.br/salomao/Economia%20Brasileira/Texto%203a.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023

LAPLANE, Mariano F.; SARTI, Fernando. **Investimento direto estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90**. Economia e sociedade, v. 6, n. 1, p. 143-181, 1997. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=investimento+direto+estrangeiro&btnG=#d=gs_cit&t=1705753420515&u=%2Fscholar%3Fq%3Dinfo%3Aojjq9kZJTQcJ%3Ascholar.google.com%2F%26output%3Dcite%26scirp%3D0%26hl%3Dpt-BR
Acesso em: 20 jan. 2024

LOPREATO, Francisco Luiz C. **Aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma**. Texto para Discussão, 2015. Disponível em: <https://www.econstor.eu/handle/10419/121524>. Acesso em: 13 dez 2023

MACHADO, Estêvão Ferreira. **O processo de desindustrialização no Brasil após o plano real: um exercício de mínimos quadrados ordinários aplicado a séries temporais**. 2013. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/handle/10183/79236.
Acesso em: 13 dez. 2023

MARKWALD, Ricardo A. **O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira: balanço de uma década**. Revista Brasileira de Comércio Exterior, v. 68, n. 3, p. 7-36, 2001. Disponível em: <https://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/material/rbce/68-Integra%C3%A7ao-RM.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2023

MIRANDA, André Araújo. **Desenvolvimento do Brasil: a importância da indústria na economia**. 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/adbd9eb8-fa71-4b83-b50b-1c9a839b5968>. Acesso em: 13 dez. 2023

MOREIRA, Maurício Mesquita. **Estrangeiros em uma economia aberta: impactos recentes sobre produtividade, concentração e comércio exterior**. 1999. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13476>.
Acesso em: 13 dez. 2023

MOREIRA, Mauricio Mesquita; CORREA, Paulo Guilherme. **Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo**. Brazilian Journal of

Political Economy, v. 17, p. 225-257, 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rep/a/VSBFspWKdJSRBSQGdDB6qVw/?lang=pt>.
Acesso em: 13 dez. 2023

NAKABASHI, Luciano; SCATOLIN, Fábio Dória; CRUZ, Marcio José Vargas da.
Impactos da mudança estrutural da economia brasileira sobre o seu crescimento. Revista de economia contemporânea, v. 14, p. 237-268, 2010.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/qfHrGtLP3JvB8hWy36PrVjx/>.
Acesso em: 13 dez. 2023

NASCIMENTO, Carlos Alves; CARDOZO, Soraia Aparecida; NASCIMENTO, Katiucy Lemes. **O sentido da reprimarização da pauta exportadora: uma interpretação à luz de Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Francisco de Oliveira.** 2008.
Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/108520/>.
Acesso em: 13 dez. 2023

NASSIF, André. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?.** Brazilian Journal of Political Economy, v. 28, p. 72-96, 2008.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/3rVWS9WjGrFFPS4yHMQnZzj/?lang=pt>.
Acesso em: 13 dez 2023

NOVELLI, José Marcos Nayme. **Inflação e desinflação: coalizões, conflitos e instituições no Brasil e em outros países.** 2007. 334 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Cap. 4.
Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/416436>.
Acesso em: 13 dez. 2023

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro.** Brazilian Journal of Political Economy, v. 30, p. 219-232, 2010.
Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rep/a/rLLpcPDRQVXPj5BskzHqLqx/?format=html>.
Acesso em: 13 dez. 2023

PALMA, José Gabriel. **Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa**. In: Conferência de industrialização, desindustrialização e desenvolvimento. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 2005.

PASTORE, Affonso Celso. **A reforma monetária do Plano Collor**. Revista Brasileira de Economia, v. 45, p. 157-174, 1991.

Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=PASTORE%2C+Affonso+Celso.+A+reforma+monet%3%A1ria+do+Plano+Collor.+Revista+Brasileira+de+Economia%2C+v.+45%2C+p.+157-174%2C+1991.&btnG=)

[BR&as_sdt=0%2C5&q=PASTORE%2C+Affonso+Celso.+A+reforma+monet%3%A1ria+do+Plano+Collor.+Revista+Brasileira+de+Economia%2C+v.+45%2C+p.+157-174%2C+1991.&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=PASTORE%2C+Affonso+Celso.+A+reforma+monet%3%A1ria+do+Plano+Collor.+Revista+Brasileira+de+Economia%2C+v.+45%2C+p.+157-174%2C+1991.&btnG=). Acesso em: 13 dez. 2023

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; MARCONI, Nelson. **Existe doença holandesa no Brasil**. Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas, v. 4, 200

RESENDE, Antônio Vieira et al. **A política industrial do Plano Real**. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

RAMOS, Lauro Roberto Albrecht; REIS, José Guilherme Almeida. **Emprego no Brasil nos anos 90**. 1997. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0468.pdf
Acesso em: 20 Jan. 2024

ROSSI JÚNIOR, José Luiz; FERREIRA, Pedro Cavalcanti. **Evolução da produtividade industrial brasileira e abertura comercial**. 1999.

Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=ROSSI+J%3%A9+LUIZ%3B+FERREIRA%2C+Pedro+Cavalcanti.+Evolu%3%A7%3A3o+da+produtividade+industrial+brasileira+e+abertura+comercial.+1999.&btnG=)

[BR&as_sdt=0%2C5&q=ROSSI+J%3%A9+LUIZ%3B+FERREIRA%2C+Pedro+Cavalcanti.+Evolu%3%A7%3A3o+da+produtividade+industrial+brasileira+e+abertura+comercial.+1999.&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=ROSSI+J%3%A9+LUIZ%3B+FERREIRA%2C+Pedro+Cavalcanti.+Evolu%3%A7%3A3o+da+produtividade+industrial+brasileira+e+abertura+comercial.+1999.&btnG=). Acesso em: 17 dez. 2023

SAVIANI FILHO, Hermógenes. **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. 2013.

Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=SAVIANI+FILHO%2C+Herm%3%B3genes.+A+Era+Vargas%3A+desenvolvimentismo%2C+economia+e+sociedade.+2013.&btnG=)

[BR&as_sdt=0%2C5&q=SAVIANI+FILHO%2C+Herm%3%B3genes.+A+Era+Vargas%3A+desenvolvimentismo%2C+economia+e+sociedade.+2013.&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=SAVIANI+FILHO%2C+Herm%3%B3genes.+A+Era+Vargas%3A+desenvolvimentismo%2C+economia+e+sociedade.+2013.&btnG=). Acesso em: 17 dez. 2023

SAYAD, João. **Observações sobre o plano real**. Estudos Econômicos, v. 25, n. esp., p. 7-24, 1995.

Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=SAYAD%2C+Jo%C3%A3o.+Observa%C3%A7%C3%B5es+sobre+o+plano+real.+Estudos+Econ%C3%B4micos%2C+v.+25%2C+n.+esp.%2C+p.+7-24%2C+1995.&btnG=)

[BR&as_sdt=0%2C5&q=SAYAD%2C+Jo%C3%A3o.+Observa%C3%A7%C3%B5es+sobre+o+plano+real.+Estudos+Econ%C3%B4micos%2C+v.+25%2C+n.+esp.%2C+p.+7-24%2C+1995.&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=SAYAD%2C+Jo%C3%A3o.+Observa%C3%A7%C3%B5es+sobre+o+plano+real.+Estudos+Econ%C3%B4micos%2C+v.+25%2C+n.+esp.%2C+p.+7-24%2C+1995.&btnG=). Acesso em: 17 dez. 2023

SILVA, A. O., DOELLINGER, C., CONSIDERA, C., HORTA, M. H., LEVY, P. M., VILLELA, R. **Retrospectiva da economia brasileira**. Perspectivas da Economia Brasileira—1994. Rio de Janeiro: IPEA, Cap. 1, p.13-41, 1993.

SILVA, José Alderir. **A questão da desindustrialização no Brasil**. Revista Economia & Tecnologia, v. 10, n. 1, 2014.

SILVA, Maria Luiza Falcão. **Plano Real e âncora cambial**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 22, p. 387-407, 2020.

SILVA, Maria Luiza Falcão. **Plano Real e âncora cambial**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 22, p. 387-407, 2020.

SONAGLIO, Cláudia Maria et al. **Evidências de desindustrialização no Brasil: uma análise com dados em painel**. Economia Aplicada, v. 14, p. 347-372, 2010

SQUEFF, Gabriel Coelho. **Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro**. 2012.

SUZIGAN, Wilson. **Industrialização brasileira em perspectiva histórica**. História Econômica & História de Empresas, v. 3, n. 2, 200

TORRES, Ricardo Lobato; CAVALIERI, Henrique. **Uma crítica aos indicadores usuais de desindustrialização no Brasil**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 35, p. 859-877, 2015.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica**. Revista Brasileira de Economia, v. 62, p. 221-246, 2008.

VERÍSSIMO, Michele Polline; XAVIER, Clésio Lourenço. **Taxa de câmbio, exportações e crescimento: uma investigação sobre a hipótese de doença holandesa no Brasil.** Brazilian Journal of Political Economy, v. 33, p. 82-101, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/qW7jPTCWW6PX4W4M9qYtDpb/> Acesso em: 13 fev. 2024

WASQUES, Renato Nataniel; TRINTIN, Jaime Graciano. **Uma análise do desempenho da indústria de transformação brasileira na década de 1990: ocorreu um processo de desindustrialização.** XL Encontro Nacional de Economia, 2012.

WEISE, Márcia Regina. **O comportamento da indústria de bens de capital após o Plano Real.** Revista da FAE, v. 3, n. 3, 2000.

WORLD BANK (1991). **World Development Report, Washington, D.C., Oxford University Press for the World Bank.**

